

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

NAYRA LORRANNE ALVES DE MARIA

A CISPLATINA NO MARANHÃO: notícias de uma guerra distante (1825-1828)

São Luís

2024

NAYRA LORRANNE ALVES DE MARIA

A CISPLATINA NO MARANHÃO: notícias de uma guerra distante (1825-1828)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História na Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

São Luís

2024

Maria, Nayra Lorraine Alves de.

A Cisplatina no Maranhão: notícias de uma guerra distante (1825-1828). /
Nayra Lorraine Alves de Maria. – São Luís, 2024.

65f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do
Maranhão, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

1. Guerra da Cisplatina. 2. Imprensa. 3. Maranhão. 4. Notícias. 5.
Recrutamento. I. Título.

CDU 94(812.1):070.23

NAYRA LORRANE ALVES DE MARIA

A CISPLATINA NO MARANHÃO: notícias de uma guerra distante (1825-1828)

Monografia apresentada junto ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção de grau de licenciatura em História.

Aprovado em: 01/04/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dra. Carolina Christiane de Souza Martins
Universidade Estadual do Maranhão

*Em memória do meu amado e querido pai João,
que tanto me amou enquanto esteve comigo.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu orientador, prof. Dr. Marcelo Cheche Galves, que me orientou ao longo de todo o processo de pesquisa, dedicando atenção e paciência, principalmente nas reuniões de orientação e correções dos textos. Agradeço a Universidade Estadual do Maranhão e ao Curso de História por contribuir com a minha formação e crescimento pessoal.

Agradeço também ao meu pai e minha mãe por todo o amor, cuidado e esforço, ambos exemplos de humildade e gentileza apesar das adversidades da vida. Aos meus irmãos Sanmara, Sofia, Maria, Saulo e Emanuel pela ajuda em momentos difíceis, sábios conselhos e constantes alegrias. Ao meu companheiro e melhor amigo Eduardo, pelo incentivo constante e carinho, cuja presença em minha vida a torna mais leve e colorida.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial as minhas amigas queridas Simone, Leina e Lorrane pela amizade e companheirismo em todos os momentos desde o início da nossa trajetória no Curso de História que hoje ultrapassa os limites da universidade, mantendo-nos próximas umas das outras em todos os momentos. Por fim, agradeço as minhas primas Simone, Paula e Ana Julia por todo o apoio e ajuda, fundamentais a conclusão deste ciclo.

O passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente. O tempo é um ponto de vista. Velho é quem é um dia mais velho que a gente... O tempo não para! A saudade é que faz as coisas pararem no tempo... nada jamais continua, tudo vai recomeçar!

(Mário Quintana)

RESUMO

O trabalho se propõe discutir a participação do Maranhão na Guerra da Cisplatina (1825-1828), refletindo sobre a circulação de notícias da guerra, as opiniões dos redatores em debate nos jornais, somados ao recrutamento feito na província e a ameaça dos corsários de Buenos Aires próximo ao litoral, com base em registros da imprensa da época. A pesquisa baseou-se na análise de jornais maranhenses em circulação entre 1826 e 1828, e em ofícios do governo disponíveis no Arquivo Público do Estado do Maranhão, evidenciando a presença constante do conflito no cotidiano da província.

Palavras-Chave: Guerra da Cisplatina; Maranhão. Imprensa; Notícias; Recrutamento.

RESUMEN

El trabajo propone discutir la participación de Maranhão en la Guerra Cisplatina (1825-1828), reflexionando sobre la circulación de noticias de la guerra, las opiniones de los editores en debate en los diarios, sumado al reclutamiento realizado en la provincia y la amenaza de los corsarios de Buenos Aires cerca de la costa, a partir de registros de prensa de la época. La investigación se basó en el análisis de los periódicos de Maranhão en circulación entre 1826 y 1828, y en las cartas gubernamentales disponibles en el Archivo Público del Estado de Maranhão, evidenciando la presencia constante del conflicto en la vida cotidiana de la provincia.

Palabras Clave: Guerra Cisplatina; Maranhão; Prensa; Noticia; Reclutamiento.

LISTA DE SIGLAS

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

BN – Biblioteca Nacional

BPBL – Biblioteca Pública Benedito Leite

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1. Notícias da Guerra da Cisplatina na imprensa maranhense	16
1.1 A Guerra da Cisplatina nos jornais do Maranhão.....	18
1.2 Os redatores e a guerra	23
Capítulo 2. O recrutamento para a guerra nos jornais de São Luís	29
2.1 Soldados maranhenses: as prisões para o recrutamento na província	30
2.2 Maranhenses, piauienses e paraenses no “mesmo barco” rumo ao front	38
2.3 Descontentamento e resistência ao recrutamento	43
Capítulo 3. Sob os efeitos da guerra: o porto de São Luís e a guerra do corso	49
3.1 Notícias do porto de São Luís e o abastecimento da guerra	49
3.2 No litoral maranhense, a ameaça do corso	53
Considerações finais	61
Referências	63

Introdução

A Guerra da Cisplatina é considerada o primeiro conflito internacional em que o recém-independente Império do Brasil esteve envolvido, contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, lideradas por Buenos Aires nos anos de 1825 até 1828 (Siqueira, 2018, p.13). Nos antecedentes do conflito, as razões que culminaram na sua eclosão remontam ao período da colonização, com a criação da colônia de Sacramento em 1680, um reduto português no Rio da Prata que garantia o livre acesso dos súditos da Coroa portuguesa as atividades comerciais promovidas na região, historicamente atraentes tanto aos interesses luso-brasileiros quanto aos ingleses considerando a importância da navegação no Rio da Prata (Junqueira, 2005).

Após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, a Coroa impulsionou as estratégias para controle da região. A primeira delas data de julho de 1811, quando as tropas de Portugal marcharam sobre Montevidéu sob o comando de D. Diogo de Souza¹ para conter José Gervásio Artigas², sob o pretexto de proteção da fronteira ao Sul. Neste primeiro momento, luso-brasileiros estiveram aliados a Buenos Aires contra a ameaça que Artigas representava à soberania dos estados em formação (Souza, 2003, p. 353).

Posteriormente, houve a segunda invasão, autorizada por D. João VI, sob o comando do tenente General Carlos Frederico Lecor³, levando a Divisão de Voluntários Reais a ocupar Montevidéu, em 1816, e que resultou na anexação da região em 1821 ao território luso-brasileiro, como província Cisplatina. A incorporação da Cisplatina foi justificada como uma recompensa pelo esforço feito para livrar a região do controle de Artigas (Pereira, 2007, p. 97); no pós-Independência, as disputas na região provocaram a guerra entre Buenos Aires e o Império do Brasil.

Após a anexação da Banda Oriental⁴, as tensões na região se intensificaram levando a emergência de opiniões contrárias ao controle inicialmente do Reino Unido de Portugal e

¹ Dom Diogo de Souza (1755-1829), primeiro conde de Rio Pardo, foi um dos representantes da sinuosa política bragantina na América luso-brasileira. Dentre seus principais cargos, foi Governador e Capitão Geral do Maranhão e Piauí (1798-1804), Governador e capitão-general da Capitania-Geral do Rio Grande de São Pedro (1809-1811). Liderou o exército pacificador português até Maldonado durante a primeira intervenção na região do Rio da Prata (Costa, 2010, p.61).

² José Gervásio Artigas (1764-1850) foi um político e militar. Esteve envolvido na luta em defesa de projetos de independência contra o domínio espanhol e português na região do Rio da Prata. Morreu exilado no Paraguai após ser derrotado em 1820, pelo exército de D. João VI na segunda invasão luso-brasileira na região do Prata.

³ Carlos Frederico Lecor (1764-1836), nascido em Algarve, foi um militar que liderou as forças portuguesas na região do Prata, com significativa atuação nos acontecimentos políticos da época, tais como a anexação da província Cisplatina ao território luso-brasileiro em 1821 e, posteriormente, as lutas de separação do Brasil do Reino Unido português (Ferreira, 2012, p.14).

⁴ Segundo Marcos Luft (2013), a Banda Oriental correspondia ao território localizado à margem norte do Rio da Prata e a leste do rio Uruguai.

Algarve, a época em que fora incorporada aos domínios da Coroa, e que, posteriormente passou para o domínio brasileiro. No cenário de instabilidade e insatisfação entre os orientais, o movimento de libertação liderado por Juan Antonio Lavalleja⁵, acompanhado de um grupo de trinta e três homens deflagraram uma rebelião pela independência do território, dando início à Guerra da Cisplatina.

O período que se seguiu foi marcado por batalhas entre as forças orientais e o exército brasileiro, a incorporação da Banda Oriental as Províncias Unidas, tornando-se Província Oriental, fazendo D. Pedro I declarar guerra contra as Províncias Unidas em 10 de dezembro de 1825 (Luft, 2013, p.8), seguido do bloqueio do Império ao porto de Buenos Aires, que permaneceu durante todo o conflito. A oficialização de uma guerra eminente entre Brasil e Buenos Aires, traria consequências severas aos dois lados durante quase três anos de guerra, até que ambos os exércitos beligerantes assinassem a Convenção Preliminar de Paz de agosto de 1828, que culminou na criação do Estado Oriental do Uruguai, conforme será discutido neste trabalho.

De acordo com Pereira (2007, p.232), o momento em que se deu o conflito não era dos melhores, em razão da instabilidade política do pós-Independência e ânimos ainda agitados, contribuindo para que a guerra não fosse bem recebida entre os súditos do Império. Diante de tais condições, a campanha de D. Pedro I na região do Prata, objetivando a afirmação da sua soberania e a do Estado em construção, surtiu efeitos opostos ao esperado, sendo um dos motivos que levaram à crise do Primeiro Reinado.

Entre algumas das províncias do Império, como a Bahia, a guerra provocou distúrbios inimagináveis, configurando-se em problemas sociais que contribuíram para que a causa do imperador tivesse poucos adeptos. Segundo Lucas de Faria Junqueira (2005), a guerra pela província Cisplatina não ficou restrita ao Sul do Império, como convencionado pela historiografia tradicional, mas abrangeu a participação direta e indiretamente de províncias da região Norte, como a Bahia e o Maranhão, afetadas com os impactos do recrutamento militar e do corsarismo no litoral. Assim, tomamos o caso baiano na campanha Cisplatina como eixo norteador das questões que buscamos compreender na experiência do Maranhão ao longo deste trabalho. Semelhante ao Maranhão, a Bahia estava localizada longe da fronteira Sul do território em litígio. Contudo, isso não bastou para a deixar de fora do conflito.

⁵Juan Antonio Lavalleja (1784-1853), foi um militar e político uruguaio. Ocupou o cargo de governador e comandante das tropas da Província Oriental. Liderou os Trinta e Três Orientais na libertação da província Cisplatina contra a dominação do Império brasileiro sob o lema *Libertad o Muerte* em 1825 (Junqueira, 2005, p.15).

O trabalho realizado teve como fonte principal a imprensa maranhense no contexto do pós-Independência, que esteve marcada pelas questões de disputas internas, ainda relacionadas às condições que impuseram a adesão do Maranhão ao Império, em julho de 1823. Foram analisadas edições e ofícios publicados nos jornais do Maranhão entre os anos de 1826 e 1828, tendo como foco o mapeamento de notícias recebidas de fora da província, documentos oficiais do governo, correspondências de leitores e artigos de opinião redigidos por seus publicistas sobre a guerra do Império brasileiro com Buenos Aires.

A imprensa maranhense foi o principal veículo de difusão das notícias sobre a Guerra da Cisplatina, ocupando considerável espaço nos debates públicos travados na província. A guerra chegou ao Maranhão no contexto de reorganização dos espaços de discussão política, que culminou no agravamento dos embates políticos entre “brasileiros” e “portugueses” no pós-Independência, marcado pelo antilusitanismo que demarcou as refregas em algumas províncias (Ribeiro, 1997, p. 91). Neste momento de formação do estado imperial, bem como as noções de soberania política, nacionalidade nesse momento não se referia ao lugar de nascimento, mas à identidade política partilhada entre os indivíduos em determinado espaço (Ribeiro, 1997).

Os impressos⁶ analisados neste trabalho foram o *Amigo do Homem* (1825-1828), a *Bandurra* (1828), ambos redigidos pelo “português” João Crispim Alves de Lima, e a *Minerva* (1828), do também “português” David Fonseca Pinto, disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN). Foram utilizados também ofícios do governo da província disponíveis no acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), referentes às instruções atendidas pelo governo durante a guerra.

Ao longo deste trabalho, foram analisadas 150 edições, correspondentes a todos os números publicados nos três jornais entre 1827 e 1828, distribuídos em: 104 edições do *Amigo do Homem*, referentes aos dois semestres de publicação da folha no ano de 1827, com 52 edições cada, contendo 122 notícias da guerra; 23 edições da *Minerva*, com 17 edições de 1827 e 6 em 1828, em que foram encontradas apenas 3 notícias diretamente relacionadas ao conflito; e 23 edições da *Bandurra*, sendo identificadas 18 notícias. Ao todo, 143 notícias sobre a Guerra da Cisplatina nos jornais do Maranhão, distribuídos entre 1827 e 1828. A organização e seleção do material foi feita através da construção de tabelas, contendo a natureza de todas as notícias

⁶ Simultaneamente ao período de circulação dos três jornais citados, um quarto periódico, intitulado o *Farol Maranhense*, circulou na cidade de São Luís entre os anos de 1827 e 1833, mas não fora usado como fonte em razão da ausência do acompanhamento da Guerra da Cisplatina e seus desdobramentos no Império em suas publicações.

identificadas mediante descrição. O trabalho de levantamento das fontes foi dividido em etapas de leitura e sistematização do material.

Os resultados da pesquisa feita com os impressos podem ser vistos nos três capítulos apresentados. No primeiro capítulo, discorremos sobre a publicação das notícias da guerra nas folhas maranhenses, destacando a circulação de informações e a construção das opiniões dos redatores; no segundo capítulo, o foco é o recrutamento militar feito na província para o envio de tropas ao Sul, refletindo suas implicações entre a população maranhense; por último, exploramos a presença de corsários de Buenos Aires na região, acompanhando os registros de sequestros de embarcações e danos causados aos negociantes da província.

Capítulo 1. Notícias da Guerra da Cisplatina na imprensa maranhense

A dinâmica interna da sociedade maranhense nas primeiras décadas do século XIX foi influenciada pelo surgimento da atividade impressa na província e pelas guerras de independência do Norte. A atividade impressa no Maranhão tem início com a instalação da primeira tipografia na cidade de São Luís em novembro de 1821 (Galves, 2010, p. 28), inaugurando o período de circulação de inúmeros jornais e folhetos na cidade, elementos de um espaço público de representação política, em formação.

Com a disseminação da imprensa na província maranhense, acentuou-se também as contendas entre grupos antagônicos, denominados “portugueses” e “brasileiros”, em curso desde o período que antecedeu a Independência, motivadas pelo sentimento presente entre os “brasileiros” de insatisfação com os “portugueses” nos cargos administrativos e de domínio sobre as atividades econômicas da província. Diante da forte oposição dos “brasileiros” ao elemento “português” na província, muitos se viram, segundo Galves, ameaçados pela hostilidade do grupo rival: “Com a Independência, os “portugueses” viveram dias difíceis. Alguns se refugiaram no interior da província, enquanto outros arriscaram permanecer em São Luís e tiveram suas casas e lojas depredadas, ações que afetaram inclusive os “portugueses” que juraram obediência à nova ordem” (Galves, 2010, p. 185).

Uma vez expulsos dos cargos que ocupavam e desvalidos dos benefícios concedidos pela antiga administração, os “portugueses” não encontraram mais espaço na nova ordem política, adotada em julho de 1823, após a adesão do Maranhão a Independência. Estes indivíduos, no entanto, ficaram de fora por pouco tempo, sendo reestabelecidos no governo do presidente Pedro José da Costa Barros (Cutrim, 2023, p.16).

Todavia, a ojeriza aos “portugueses” não foi eliminada entre os “brasileiros, que seguiram nutrindo o forte sentimento de antilusitanismo na província, evidente sobretudo na imprensa. Para Araujo (2018, p.15), nos primeiros anos, mesmo com as tentativas de pôr fim a antipatia com os “portugueses”, indisposições continuaram a acontecer entre os grupos, sendo os responsáveis pelo desenrolar de vários eventos na província no pós-adesão de 1823.

Esse será o cenário do Maranhão na segunda década do século XIX, marcado por querelas internas e notícias sobre a Guerra na Cisplatina. Acentuando ainda mais as tensões entre os dois grupos, impulsionadas principalmente pela imprensa, que era representada por redatores que usavam seus impressos para disseminar em seus leitores as opiniões que tinham sobre a nova ordem e grupos divergentes. Ou seja, os impressos possuíam o caráter de não

apenas informar aos leitores da província sobre os acontecimentos dentro e fora dela, mas expor seu posicionamento político em oposição ao grupo rival.

Três jornais circularam no Maranhão no período que corresponde à Guerra da Cisplatina. O primeiro era o *Amigo do Homem*, do português João Crispim Alves de Lima⁷, que circulou regularmente de 16 de julho de 1825 a 29 de dezembro de 1827, mas que possui apenas a edição de n.º 5, de 16 de julho de 1825⁸, preservada na Biblioteca Benedito Leite (BPBL), impossibilitando o acesso aos anos de 1825 e 1826 de circulação do jornal (Araújo, 2018, p.25). Este jornal, publicado às quartas e sábados, fez o acompanhamento da guerra durante todo o ano de 1827, por meio de ofícios do governo, informes e correspondências de leitores, que reclamavam do ou apoiavam o conflito.

Outro jornal em circulação foi a *Minerva: Folha política, literária e comercial*⁹, do também português David da Fonseca Pinto¹⁰, circulando entre 29 de dezembro de 1827 e 5 de março de 1829. Este manifestava um caráter mais centrado nos assuntos do Governo e questões relacionadas à defesa da pessoa do Imperador D. Pedro I frente as disputas entre “portugueses” e “brasileiros” na província.

Por fim, há um segundo periódico redigido por João Crispim Alves de Lima, a *Bandurra*¹¹, que inicia sua atividade após o último número do *Amigo do Homem*, e que foi publicado de janeiro de 1828 a 31 de dezembro do mesmo ano. O periódico era dividido em duas partes, sendo chamado na primeira de *A Bandurra*, que informava seus leitores dos acontecimentos dentro e fora da província, e a segunda intitulado de a “*Bandurra afinada*” de caráter mais reflexivo sobre temas importantes para o redator.

⁷ João Crispim Alves de Lima era um português que residia no Maranhão e esteve fortemente envolvido com as questões envolvendo as identidades políticas “portugueses” e “brasileiros” na província após a Independência. Era o redator do jornal *O Amigo do Homem* (1825-1827). Segundo Araújo (2018), este jornal era vinculado a “causa portuguesa”. Foi diretor da Tipografia Nacional do Maranhão e autor folhetos escritos em defesa da honra e legitimidade de D. Pedro, como *A Fidelidade Maranhense* (1826) e *o Liberal Animoso* (1828).

⁸ Não há edições preservadas correspondentes aos anos de 1825 e 1826 deste periódico, exceto uma única, conservada em microfilme no acervo da Biblioteca Benedito Leite, de 16 de julho de 1825. Além disso, há também uma referência feita no *Amigo do Homem* de 13 de janeiro de 1827, lembrando o número de 1º de janeiro de 1825, mas que, provavelmente teve suas atividades iniciadas em 17 de setembro de 1824, correspondentes ao seu primeiro semestre (Araújo, 2018, p.25).

⁹ Este jornal saía sempre às quintas-feiras, com aproximadamente oito páginas por edição. O primeiro semestre de publicação vai de 29 de dezembro de 1827 a uma data imprecisa, cujo paradeiro não se tem registro. Somente as edições do segundo semestre, que compreende o período de 21 de agosto de 1828 até 5 de março de 1829, estão disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

¹⁰ David da Fonseca Pinto foi redator do jornal *A Minerva* (1827-1829) impresso no Maranhão, e posteriormente do jornal *Caramuru* (1832), no Rio de Janeiro.

¹¹ Circulou até o número 23, com publicações duas vezes ao mês com intervalo de 15 dias. Possuía entre 35 e 55 páginas; foi um dos jornais adeptos da “causa portuguesa” no Maranhão.

Os jornais apresentados estiveram em atividade na cidade de São Luís no contexto do conflito, exercendo o papel de formadores da “opinião pública” dos leitores do Maranhão sobre a Guerra da Cisplatina. O acompanhamento da guerra feito por esses jornais era frequentemente realizado servindo-se de informações dos mais variados tipos e fontes, como veremos ao longo do trabalho.

1.1 A Guerra da Cisplatina nos jornais do Maranhão

As primeiras menções da Guerra na Cisplatina nos jornais do Maranhão foram feitas em janeiro de 1827, pelo periódico o *Amigo do Homem* em seu primeiro semestre. Este caracteriza-se como o principal veículo de informação dos leitores da província sobre o andamento do conflito, considerando que o jornal circulou regularmente durante aquele ano¹².

A primeira notícia - dentre as edições localizadas - apareceu na edição de n.º 2, de 6 de janeiro de 1827, sob o título de “Proclamação”, extraída do *Diário Fluminense* da cidade do Rio de Janeiro, de 14 de novembro de 1826, e referia-se ao deslocamento de D. Pedro I para a frente de guerra. No conteúdo do informe, o imperador comunicava a viagem que faria para províncias próximas ao front.

A publicação tinha como objetivo demonstrar aos leitores que o Império precisava do apoio do povo na luta contra o inimigo. Explorava para tanto a demonstração de “sacrifício” de D. Pedro I, em deixar seu lar para ir ao front, na tentativa de encorajar os soldados no sul. O alvo principal do discurso era os mais jovens, ou seja, aqueles com maiores condições de permanecerem na guerra por mais tempo. Segundo a publicação, a mocidade, que verdadeiramente fosse brasileira, deveria se apresentar com suas armas para defender a pátria e o trono (*Amigo do Homem*, n.º 2, 6 jan. 1827, p.7). Interessante observar que a publicação de um informe desse caráter nos conduz à ideia de que a guerra talvez não estivesse tão distante da província como parecia, ao considerarmos a distância física com o front.

As palavras de D. Pedro ecoaram no Maranhão tão rapidamente que na edição seguinte, de 10 de janeiro, na seção de “Artigos de Ofício” foi publicada uma “PROCLAMAÇÃO” do conde d’Escragolle¹³, o Governador das Armas da província, direcionada a todos os militares de 1ª e 2ª linha, comunicando a viagem do Imperador e orientando que permanecessem em suas

¹² A numeração do jornal era reiniciada a cada semestre.

¹³ Militar francês, que veio para a América portuguesa no momento da transferência da família real em 1808, fixando-se inicialmente na Corte e adquirindo notório reconhecimento no pós-Independência, convertidos em importantes cargos, dentre eles o governo das Armas da província do Maranhão (Galves, 2011, p.113).

funções, defendendo a paz e a segurança da província, mas que estivessem de prontidão para eventuais necessidades na campanha militar.

Importante notar, a existência do apoio à guerra entre os redatores portugueses da província, podendo ser percebido ao longo de todos os artigos de opinião de caráter fortemente reflexivo sobre a manutenção da guerra em favor dos interesses do Império. Retornando a edição de n.º 2, João Crispim fez algumas considerações sobre a proclamação feita por D. Pedro I. Cada linha traz exaltações à figura do imperador, comparando-o aos grandes reis que lutaram ao lado de seus exércitos em defesa da honra de seus reinos, perceptível no fragmento abaixo:

As peças que deixamos transcritas mostram bem os sentimentos paternais e os desejos ardentes do melhor soberano para formar a paz, a grandeza, a glória e a prosperidade do Império brasílico, de que foi o criador, levando aos perigos a sua no mais alto grau interessante pessoa, este rasgo de heroísmo e de amor por seus súditos gera neles obrigações indeléveis de levar-lhe seus braços, seus esforços, seu sangue e suas vidas em público testemunho da mais bem merecida gratidão e reconhecimento (*Amigo do Homem*, n.º 2, 6 jan. 1827, p.9).

As palavras de Crispim sobre o ato “heroico” de D. Pedro demonstravam aos leitores de seu impresso que a guerra era em defesa dos interesses de todos os súditos da coroa, moldando assim a opinião favorável dos leitores e retirando de si desconfianças ainda associadas ao elemento “português”. Como sugere Roni César Andrade de Araújo (2018, p.126), o antilusitanismo esteve presente no Maranhão desde a adesão a Independência, trazendo sobre todos os “portugueses”¹⁴ a desconfiança de planos de reintegração à coroa portuguesa. Contudo, esses não eram os planos de Crispim.

Dessa forma, a partir das exposições feitas, é interessante considerar que o comunicado de D. Pedro se tratava mais de um apelo em prol de cativar mais soldados para o front, sem deixar de sustentar a ideia de que a guerra estava sendo levada em defesa dos interesses do Império, mas dando a impressão de que o exército brasileiro caminhava a passos largos para a vitória, perspectiva essencial em cenários de guerra para a permanência do apoio do povo.

Tal necessidade, pode ser associada ao período de estagnação enfrentado pelos dois exércitos beligerantes, que permaneceram durante o ano de 1826 sem grandes avanços e muitas perdas na frente terrestre, mas com a ativa investida naval do Império no Rio da Prata. A situação do exército brasileiro, não era a esperada por D. Pedro devido ao esforço econômico realizado. As notícias que chegavam eram preocupantes, face ao esforço de guerra empreendido

¹⁴ Cabe lembrar que, para uma renovada historiografia sobre a formação da nação brasileira, nacionalidade nesse contexto não se referia ao lugar de nascimento, e sim identidade política (Araújo, 2018, p.16). Podemos considerar, assim, as menções ao conflito não tratavam apenas de publicar notícias, mas de usar a imprensa como recurso para demonstração de apoio a política do Imperador e a soberania do Estado.

até aquele momento, levando-o a decidir por ver com seus próprios olhos a real situação das tropas (Santos, 2012).

Contudo, cabe observar que a guerra no Prata nunca conseguiu obter tal apoio dos habitantes das províncias do Império, talvez em razão da ausência do sentimento de unidade territorial em torno de uma nação que ainda não havia se consolidado, sobretudo se considerarmos o contexto do Estado brasileiro naquele momento e os desdobramentos negativos na guerra, como a violência do recrutamento em algumas províncias e o enorme esforço econômico para manutenção das tropas.

Entretanto, a circulação de notícias por toda a extensão do Império se deu através dos periódicos publicados nas províncias e na Corte, realizando um intercâmbio de ideias entre os espaços letrados, e levando informações através dos jornais a regiões distantes. Esse fluxo promoveu a disseminação de ideias e a transformação do “vocabulário político” dos indivíduos, conferindo aos jornais “uma ferramenta de mobilização social no período pós-independência” (Frutuoso, 2016).

Em consequência, aos jornais do Maranhão foram os responsáveis pela publicação das notícias da guerra aos leitores da província, acompanhando os desdobramentos da ofensiva do exército brasileiro na fronteira. Essas articulações demonstram que a imprensa servia como elemento essencial à circulação de ideias entre regiões geograficamente distantes do conflito, como o Maranhão.

As notícias que chegavam de outras províncias poderiam ser veiculadas em periódicos, correspondências ou ofícios do governo. A maioria desses escritos se referia ao andamento da guerra, como uma espécie de “boletim” da situação. Essas informações permitiam que os leitores da província se sentissem “próximos” do conflito. Na edição de n.º 11, de 7 de fevereiro de 1827, *O Amigo do Homem* publicou uma carta recebida por um leitor de “confiança” do periódico, datada de 1 de novembro de 1826, intitulada “Buenos Aires”.

Crispim publicou a versão original da correspondência conforme seu envio em espanhol e, logo abaixo, a tradução em português. No conteúdo encontramos detalhes da situação de escassez em Buenos Aires. Segundo a fonte, faltava “o necessário para a vida e mais que tudo sem dinheiro para continuar a guerra” (*Amigo do Homem*, n.º 11, 7 fev. 1827, p.69). Sem condições de manter a guerra e arrasada principalmente pelo bloqueio brasileiro ao porto de Buenos Aires, a notícia servia como um tipo de motivação aos leitores da província, que sentiam na fragilidade do inimigo o fôlego necessário para permanecer a investida militar. O tráfego dos periódicos entre províncias era uma constante, conforme observado nas notícias.

Uma semana após o recebimento da carta do informante do seu leitor, Crispim republicou um artigo publicado em Pernambuco sob título de “Pernambuco, 25 de janeiro de 1827”, tratando ainda da viagem de D. Pedro ao sul. No artigo, o redator oferece aos seus leitores as mesmas informações já apresentadas, mas acrescenta novidades quanto a possíveis tentativas de Buenos Aires pela negociação da paz com o Império (*Amigo do Homem*, n.º 13, 14 fev. 1827, p.79). Segundo a notícia, D. Pedro havia recebido proposições de um armistício. Face aos rumos que a guerra tomou a partir de fins de 1826, ambos os lados passaram a desejar negociações pelo encerramento da campanha militar na região.

Em publicação feita na edição n.º 34, de 28 de abril de 1827, Crispim publicou mais notícias sobre a situação da guerra. Se tratava de uma correspondência do padre Antônio Machado Wanderley: “Sr. Redator, rogo-lhe queira fazer-me o obséquio de inserir no seu periódico as linhas abaixo transcritas. Sou, Sr. Redator, seu atento venerador e criado [...]” (*Amigo do Homem*, n.º 34, 28 abr. 1827, p.210). Segundo o relato:

Os que consultam a história, certamente, não desconhece, que em todas as nações cultas do globo existem alguns homens inimigos da boa ordem e publica tranquilidade, seja qual for a forma do governo. Por isso, não me admira que nesta cidade também os hajam de idênticos sentimentos. Consta-me que todas às vezes que ao porto desta cidade de Maranhão chegam embarcações da capital do Império, costumam alguns indivíduos, de pouca ou nenhuma consideração, assoalhar logo notícias mentirosas e subversivas da boa ordem, asseverando, sem o menor pejo, ser-lhes transmitidas por pessoas vindas da Corte. Motivo por que pela presente folha, declaro que quando algum destes indivíduos se lembrar do meu nome para prova da suposta verdade das suas abomináveis mentiras, se lhes não dê o menor crédito, visto que até 06 de março, dia da minha saída da cidade do Rio de Janeiro, as notícias anteriores, que haviam do sul, todas eram muito lisonjeiras para o Brasil, tanto por haver a nossa Esquadra já destruído a do inimigo, como pelo bom êxito das armas do nosso exército, segundo a fiel, verdadeira e ingênua exposição transmitida ao público, no *Diário Fluminense* dos últimos dias de fevereiro, pelo Brigadeiro Cunha Mattos Quartel-mestre General que há pouco havia chegado ao sul à capital do Império.

Em outra correspondência, publicada pelo periódico em 16 de junho de 1827, trazia mais atualizações da guerra. Sob o título “*O que há de novo?*”, João Crispim refletia sobre notícias recebidas do pacote inglês Eclipse, que trazia informações das folhas de Buenos Aires. O redator apresentou os insultos que estavam sendo feitos na imprensa de Buenos Aires contra Simon Bolivar. Tais críticas contra o “libertador” foram rebatidas por Crispim, que associou Bolivar à figura de D. Pedro, o salvador dos orientais contra a dominação de Buenos Aires. Dois pontos chamam atenção nesse compilado de notícias: o recebimento de informações por meio de embarcações estrangeiras no porto da cidade de São Luís.; e a tentativa de Crispim, como ávido defensor do Imperador, de tornar seus leitores defensores da guerra com Buenos Aires e conscientes dos “esforços” do Imperador (*Amigo do Homem*, n.º 48, 16 jun. 1827, p. 197).

Os elogios feitos ao bom desempenho do exército brasileiro também chegavam aos leitores da província. Na edição de 28 de julho de 1827, Crispim continua informando seus leitores sobre os últimos acontecimentos da campanha no Prata. A essa altura, o periódico já havia iniciado o segundo semestre de publicação, dedicando total atenção em discutir a permanência do Império e as baixas que conseguia provocar no exército inimigo. Em suas considerações, manteve o padrão de exaltação do exército brasileiro na defesa do Império e de D. Bonifácio Calderon, exaltando suas atitudes no comando das tropas. Importante notar, ainda, que o redator, conforme informava as novidades, apontava a confiança nas informações recebidas da *Gazeta do Brasil*, publicada da Corte (*Amigo do Homem*, n.º 08, 28 jul. 1827, p.45).

Ademais, publicou na mesma página outra notícia retirada da *Gazeta do Brasil*, que fazia menções às correspondências recebidas de pessoas que estavam em Buenos Aires, referentes ao estado em que se encontrava a cidade. A situação em Buenos Aires era, segundo o artigo, de profunda crise, consequência dos ataques que estavam sofrendo por todos os lados. Em consequência, estavam se preparando para lutar, começando com os reparos as embarcações destruídas nos ataques da esquadra do Império. A atualização da situação em Buenos Aires conferia ao leitor maranhense a sensação de superioridade do Império sobre seu inimigo por “Buenos Aires estar entregue ao seu orgulho, e cercado de guerra por todos os lados, sucumbirá prontamente a tantos inimigos, e só a paz com o Brasil é o único remédio, [...]” (*Amigo do Homem*, n.º 8, 28 jul. 1827, p.45).

Em registro do porto da cidade de São de Luís, de 23 de agosto de 1827, foi comunicado aos leitores da província a entrada da Corveta Imperial de guerra General Lecor, navegando há aproximadamente 31 dias, com tripulação que chegava em torno de 45 pessoas. Utilizada para levar indivíduos recrutados na região para o front de guerra no Sul, retornava a província com novidades sobre as províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco e Ceará, e relatava a permanência da guerra. Logo abaixo, sob o título de “Novidades”, Crispim publicou as notícias trazidas pelo capitão da embarcação, mencionando a permanência da guerra no Sul, a atividade de corsários de Buenos Aires na costa e o destino da corveta, a província do Pará (*Amigo do Homem*, n.º 16, 25 ago. 1827, p.98).

Conforme a guerra chegava em seus momentos finais, as notícias de negociações de paz passaram a ocupar espaço considerável nos jornais da província. Algumas delas foram publicadas na *Bandurra*, também do redator João Crispim. A notícia do fim da guerra chegou ao Maranhão a partir da publicação do número 22, que comentou a convenção preliminar da

paz do Império do Brasil com Buenos Aires, mediante assinatura e publicação do acordo de paz entre ambos, pondo fim ao conflito pela posse da província Cisplatina e reconhecimento da sua independência (*Bandurra*, n.º 22, 15 dez. 1828, p.759-767). A publicação esteve acompanhada também da cópia do acordo, assinado pelo Imperador em 27 de agosto de 1828.

As notícias da Guerra da Cisplatina que chegavam ao Maranhão ao longo do ano de 1827 e 1828 foram em sua maioria veiculadas nas páginas do *O Amigo do Homem*, mas com algumas raras aparições na *Bandurra*, considerando o período de circulação desta folha, que corresponde aos momentos finais da guerra, mas sem deixar de atribuí-la o papel fundamental que teve na informação dos maranhenses sobre o fim da campanha militar e assinatura do acordo de paz, publicado apenas neste jornal. Reforçando que a circulação de notícias, através do fluxo constante entre os indivíduos/leitores em diversas partes do Império, possibilitava que a guerra chegasse ao Maranhão com mais detalhes e rapidez, servindo aos leitores do jornal como uma cobertura “completa” do conflito, aproximando-os, de algum modo, do front.

1.2 Os redatores e a guerra

A Guerra da Cisplatina movimentou o debate de muitas questões importantes sobre a administração e consolidação do Estado imperial no pós-Independência. No caso dos jornais em circulação no Maranhão no período correspondente a guerra, os redatores estiveram empenhados não somente em “noticiar” a campanha militar e suas repercussões na província. Mas, se envolveram também na formação de opiniões favoráveis no tocante a guerra, essenciais para o apoio que tinha o Império de seus súditos maranhenses.

No acompanhamento feito pela imprensa sobre a Guerra da Cisplatina, era possível observar que conforme os redatores traziam notícias do conflito para a província, passaram também a fazer reflexões e apresentar opiniões sobre os rumos do conflito as possibilidades de paz diante das implicações que sua permanência trazia ao Brasil. Alguns comentavam notícias recebidas de outras folhas, outras, correspondências de leitores ou amigos próximos de Buenos Aires para oferecer aos seus leitores da província uma opinião sobre a guerra.

Consideramos neste item essencial apresentar alguns dos artigos escritos pelos redatores dos três jornais em circulação durante a permanência da guerra, em sua maioria aqueles publicados pelo redator do *Amigo do Homem*, João Crispim Alves de Lima, por ser tratar do maior volume de material disponível neste período com suas publicações diárias e tempo de atividade. Contudo, os outros dois jornais, a *Minerva* e a *Bandurra* também expuseram suas opiniões em alguns poucos artigos, mas que podem ser considerados como importantes fontes

para análise do olhar que tinham esses redatores sobre a guerra, todos, é claro, favoráveis as vontades do Império e do Imperador.

Era habitual, por exemplo, que o redator do *Amigo do Homem*, João Crispim Alves de Lima, escrevesse artigos de opinião comentando notícias recebidas em números anteriores. A coragem brasileira era uma qualidade que Crispim buscava exaltar em todos os seus artigos, que servia para conquistar a opinião favorável de seus leitores para a guerra. Suas demonstrações de apoio a causa eram para exaltar e contribuir para com a honra e manutenção dos interesses do Império. A opinião de Crispim sobre a Guerra da Cisplatina podia ser percebida em seus artigos de opinião, escritos geralmente a partir de notícias recebidas de outras folhas ou correspondências. Era comum também, que o redator comentasse as falas do trono feitas por D. Pedro nas sessões do senado ou câmara dos deputados, correspondentes ao tema da guerra.

Uma dessas respostas fazia críticas, por exemplo, aos ministros envolvidos na administração do Império, possivelmente por serem “brasileiros”. O que nos interessa é, no entanto, perceber que a fidelidade de Crispim ao Império e ao soberano Imperador era um elemento intrínseco em seus escritos. Um desses artigos de opinião feitos para comentar uma fala de D. Pedro da sessão do senado foi publicado no número 48, de 16 junho de 1827, datado de 3 de maio de 1827 (*Amigo do Homem*, n.º 48, 16 jun. 1827, p.296).

A pauta levantada por D. Pedro foi a situação do Império na guerra e suas finanças. Sustentando seu argumento de “má” administração dos recursos do governo, sobretudo aqueles executados pelos ministros, como crítica ao sistema financeiro de funcionários corrompidos, criticando os “brasileiros” envolvidos na administração de tais recursos, como uma afronta ao grupo do qual era opositor. Para Crispim, o custo da péssima administração recaia apenas sobre os ombros do povo, que tiravam das contribuições públicas para benefício próprio, considerado pelo redator, como um crime de alta traição contra o Império e o imperador, reforçando ainda a necessidade de leis e soluções para esse problema no Império.

Em outro artigo de opinião, na seção do jornal intitulada de “Artigos não Oficiais”, João Crispim não pode deixar de comentar notícias recebidas em sua folha referente ao êxito e empenho das tropas brasileiras contra Buenos Aires em mais outro confronto entre os exércitos (*Amigo do Homem*, n.º 6, 21 jul. 1827, p.35). As informações apresentadas por ele sobre este confronto eram baseadas a partir de uma correspondência recebida por ele no dia 15 de maio do mesmo ano. Se tratava de notícias como a prisão de Inacio Oribes, Firmino Lavalleja, La Tortura e Fourbier, sendo estes alguns dos principais comandantes orientais e mais 14 oficiais

do exército inimigo. Foram todos feitos prisioneiros por Bonifácio Calderon em Serro Largo. Colocando o exército brasileiro em posição de vantagem, segundo Crispim.

Acrescentou ainda, em seu artigo, que as negociações para resolução do conflito, conforme publicado neste mesmo número, já haviam sido enviadas ao governo de Buenos Aires para que fossem assinadas. De acordo com Crispim, as notícias que circulavam sobre esse assunto na corte eram que as condições do tratado eram “honrosos e vantajosos ao Império”, segundo sua fonte fidedigna que lhe enviou tais informações.

Ou seja, demonstra ainda que o redator possuía fontes fundamentais para a difusão das notícias na província, o que caracterizava o *Amigo do Homem* como principal veículo de informação da Guerra da Cisplatina para os maranhenses. Isso, no entanto, se deu em parte por ser o único jornal com atividade regular entre 1825 e 1827, restando apenas as edições de 1827 para análise das publicações, tendo em vista a ausência dos dois primeiros anos de edições preservadas¹⁵.

Nos idos de 1827, as negociações pelo fim da Guerra da Cisplatina movimentavam discussões entre os jornais publicados no Império. Um tratado de paz entre os dois exércitos beligerantes era esperado por todos, no entanto, as consequências da negociação dividiam opiniões. Principalmente para os adeptos da ideia de direito do Brasil sobre a província Cisplatina. A paz com Buenos Aires começou a ser tema dos artigos de opinião de João Crispim a partir do segundo semestre do *Amigo do Homem*, de 1827.

Conforme a guerra se arrastava e surgia a necessidade de um tratado de paz entre os dois países, os jornais passaram a fazer reflexões sobre a permanência do conflito em seus jornais. Pegando notícias que eram recebidas e comentando-as conforme seus interesses e necessidades de seus leitores. Na sessão de artigos não oficiais intitulada “reflexões”, do número 51 do *Amigo do Homem*, Crispim retornou ao tema das negociações de paz discutidas em textos anteriores, pelo redator. Destacou a publicação do manifesto enviado pelo plenipotenciário da república de Buenos Aires, Manoel Joze Garcia, no número 48, sobre as negociações do tratado de paz com o Império. Crispim comentou as críticas que eram feitas como D. Pedro I conduzia a guerra pela província Cisplatina. Sua opinião era favorável à causa defendida pelo Imperador (*Amigo do Homem*, n. °51, 26 dez. 1827, p.295-299).

Ainda na mesma edição, o redator escreveu outro pequeno texto na página seguinte, apontando a situação das províncias que compunham a república de Buenos Aires, que em suas

¹⁵ A ausência das edições de 1825 e 1826 do jornal o *Amigo do Homem* já foi explicada no item anterior deste capítulo.

considerações, estavam descontentes com a situação criada pela guerra na região. O objetivo de tais apontamentos era despertar em seus leitores o sentimento de união entre os súditos do Império para que se chegassem à glória esperada ao final da guerra. Segundo Crispim

Estas reflexões, a que passamos, não tem por objeto fazer apologia do Soberano. Ele a não necessita, e por isso declaramos que se caminhão a desabusar os povos, a animar os tímidos e a resolver todos a mais eficaz cooperação; a glória, que resulta do fim desta lide, é tal que todos devemos procurar ter parte nela (*Amigo do Homem*, n. °51, 26 dez. 1827, p.295-299).

No decorrer de suas reflexões, destacou ainda que entre as Repúblicas dos Estados Unidos, Colômbia e Chile, havia um sentimento de insatisfação com a guerra, comunicado pelo ministro plenipotenciário inglês, Lorde Ponsonby. Na opinião de Crispim, o descontentamento com a guerra entre os habitantes de Buenos Aires servia para fragilizar ainda mais o seu exército, contribuindo para que o Império e seus súditos tivessem a vitória desejada. Para ele, a guerra contra Buenos Aires era essencial para defender e assegurar a honra do Império e de D. Pedro diante das repúblicas americanas.

João Crispim acreditava que a província Cisplatina desejava permanecer dentro do Império brasileiro, por sentirem-se parte na nação. Em artigo publicado na seção de artigos não oficiais, reunindo várias informações das gazetas de Montevideú. Em suas considerações, apresentou aos seus leitores o desejo da província Cisplatina de permanecer sob proteção do Império brasileiro e da constituição, enquanto os inimigos do Brasil sofriam o amargor da tirania de Juan Antonio Lavalleja (*Amigo do Homem*, n.º 52, 29 dez. 1827, p.305-306).

Na opinião de Crispim, Lavalleja era um “déspota”, que impunha os orientais o jugo da tirania, cujo governo não agradava aos habitantes de Montevideú. Ao fazer essas observações, Crispim desumaniza o inimigo do Império, retratando suas falhas e ressaltando a nobreza do governante do Brasil, que ao contrário de Lavalleja, era nobre e defensor do seu povo. A narrativa de Crispim tentava passar aos seus leitores a lealdade que tinha para com o Império e o apoio favorável a guerra, que em suas palavras a “imensa superioridade do sistema paternal do governo” era o mais benéfico e eficaz ao povo, do que aquele de seus inimigos

A *Bandurra*, semelhante ao *Amigo do Homem*, também publicava artigos de caráter reflexivo, apresentando a opinião de Crispim sobre os últimos acontecimentos finais da guerra nos idos de 1828. A primeira delas foi retirada do *Diário Fluminense*, sendo publicada por Crispim na folha maranhense de número 10. Apresentando novidades da guerra e explorando a ideia de crise existente entre o exército inimigo e conseqüentemente entre os orientais, que não tinham mais condições de prosseguir em guerra com o Império brasileiro. Esse elemento de “fraqueza” dos inimigos do Brasil era regularmente apresentado por Crispim aos seus leitores

em razão do seu desejo de incitar entre os maranhenses sentimentos favoráveis a guerra, dentre eles a sugestão de que o Império era merecedor da vitória pelo esforço empreendido na Campanha militar (*Bandurra*, n.º 10, 10 jun. 1828, p.349-352).

Por último, o redator sugeriu que o Maranhão, isto é, os habitantes da província, não estavam fazendo o esforço desnecessário para ajudar ao exército imperial, demonstrando preocupação com a situação da guerra. Interessante notar que a opinião apresentada por Crispim neste artigo correspondia na maioria ao posicionamento político do redator, fazendo referência à oposição feita por ele contra o grupo de “brasileiros” na província. O sentimento de Crispim era de total apoio à causa defendida por D. Pedro I na guerra, tornando o redator um avido defensor dos discursos em prol do Império.

Em outro artigo, intitulado “Reflexões sobre o Império do Brasil”, Crispim refletiu notícias retiradas de folhas estrangeiras sobre a permanência do Império na guerra. No texto são apresentadas questões importantes sobre a ação dos Ministérios para resolução de problemas como a permanência da Guerra no Sul, e a necessidade de um acordo de paz, mas que também fossem garantidos os interesses do Brasil. O custo da Guerra da Cisplatina, conforme as informações, comprometiam as finanças do Império. Contudo, eram sacrifícios necessários a defesa da honra da nação (*Bandurra*, n.º 13, 27 jul. 1828, p.441-461).

A culpa do desgaste econômico brasileiro era atribuída a Buenos Aires por não contribuir para a paz, aceitando a vitória brasileira, que era dessa forma obrigado a se defender da agressão inimiga. Por último, dois itens foram apresentados, sendo eles, as negociações de paz com Buenos Aires, mediadas pela diplomacia britânica, e a atuação de corsários na costa brasileira, cuja atividade beneficiava a Buenos Aires.

No número seguinte, Crispim escreveu novamente sobre a Guerra da Cisplatina e a necessidade de negociar a paz com Buenos Aires. Estas foram reflexões sobre o manifesto do ministro plenipotenciário de Buenos Aires, Manoel Joze Garcia¹⁶, sobre a impossibilidade do país de permanecer em guerra com o Império, que segundo ele, ainda tinha condições de continuar no conflito e derrotar seus inimigos. As críticas do redator à situação de Buenos Aires exploravam principalmente a desordem instalada naquele país, que segundo ele, enfraquecia o inimigo, impossibilitando que permanecessem de pé contra o Império.

¹⁶ Encarregado da missão diplomática que resultou na convenção realizada na corte do Rio de Janeiro em 1827, para negociar a paz com o Império na primeira tentativa. O primeiro acordo foi construído pelos plenipotenciários do Brasil, que concordaram com a devolução da província Cisplatina e retirada das tropas imperiais. O problema era, no entanto, a impressão que deixava, visto que, fazendo com que o Império de sair da guerra sem “perda” total da honra e completamente enfraquecido (Pereira, 2007, p.4).

O clima seria de desespero e caos, à beira do colapso econômico, resultados sobretudo da corrupção e incompetência do governo daquela república. Problemas cujo Brasil desconhecia por possuir um governante íntegro e defensor de seus interesses, sendo estes elementos de diferenciação que na opinião de Crispim, tornava o Império superior a Buenos Aires, o que dava a ele a escolha de aceitar um tratado de paz ou permanecer com a guerra, caso o exército portenho não propusesse acordos. Essa última reflexão do redator propõe um eventual “apoio” popular à Guerra (*Bandurra*, n.º 14, 15 ago. 1828, p.485-496).

Por último, em um único artigo de opinião sobre a guerra, Davi da Fonseca, redator do jornal a *Minerva*, demonstrou seu posicionamento diante das implicações da guerra sobre o Império brasileiro. O artigo foi intitulado “Império do Brasil”, refletindo a situação do Brasil na Guerra da Cisplatina e as negociações de paz entre o Império e Buenos Aires para o fim da guerra. Na opinião do redator, os itens do tratado e suas respectivas consequências contribuiriam para a honra do Brasil, defendendo também o seu “direito” sobre Montevidéu (*Minerva*, n.º 39, 20 nov. 1828, p.2-3).

Diante do exposto, ambos os redatores partilhavam do sentimento de fidelidade ao Imperador D. Pedro I, concordando com as decisões tomadas por ele. Em resumo, estes redatores foram os responsáveis pela formação da opinião pública favorável entre os maranhenses sobre a Guerra da Cisplatina na província, contribuindo para a construção da narrativa de defesa da honra da nação.

Capítulo 2. O recrutamento para a guerra nos jornais de São Luís

O recrutamento para a Guerra da Cisplatina foi realizado, em sua maioria, compulsoriamente nas províncias do Império. Sendo, em algumas situações, feito mediante a captura violenta e indiscriminada de indivíduos. Dentre as províncias do Império que foram afetadas pela campanha na banda oriental, podemos destacar, a título de exemplo, o Rio Grande do Sul¹⁷ e a Bahia¹⁸, que experimentaram o recrutamento forçado da população e um imenso esforço de guerra que culminou em graves distúrbios sociais¹⁹, econômicos e políticos, acompanhados do crescente sentimento de insatisfação popular com a guerra.

Para recrutar, no entanto, as autoridades das províncias deveriam realizar a mobilização para o serviço militar conforme as ordens regulamentadas pelo Império. As orientações para o ingresso no exército e marinha não sofreram tantas mudanças daquele praticado em tempos coloniais, com poucas alterações ao longo do Império, mantendo a herança colonial portuguesa e as instituições importadas da metrópole após a transferência da família real para o Rio de Janeiro em 1808. Segundo Regina Faria (2007, p. 55):

A declaração do rompimento com Portugal, em 1822, não provocou alterações imediatas nas estruturas administrativas herdadas da metrópole. Os aparatos repressivos estatais foram mantidos sem mudanças significativas por algum tempo. Foram pontuais as medidas tomadas a esse respeito, no primeiro lustro do Brasil Império.

A estrutura das tropas brasileiras para a Guerra da Cisplatina era organizada em níveis conforme a disciplina militar do antigo regime. As tropas de 1ª linha eram remuneradas, as de 2ª linha eram formadas por voluntários; por fim, as de 3ª linha eram compostas pelo excedente outrora recrutado nas províncias para manter um corpo reserva, mantendo a organização implementada na colônia (Luft, 2013, p. 51). O que houve, no entanto, foram novas disposições

¹⁷ Em sua dissertação, Marcus Luft (2013) aponta a participação da província do Rio Grande do Sul como o principal ponto de fornecimento de recrutas para a guerra, mobilizando aproximadamente 2.336 homens e sofrendo diretamente os impactos da violência empregada no recrutamento, como abusos físicos e as precárias condições das tropas, cenário de constantes deserções e resistência da população. O esforço de guerra na província foi, segundo o autor, provocado pela proximidade com a região do Rio da Prata.

¹⁸ No caso da Bahia, a província mantinha relações com a antiga Colônia de Sacramento desde o século XVI, segundo Lucas Junqueira (2005), através de trocas comerciais e contrabando entre os portugueses da região, pavimentando um caminho que serviria, séculos depois, ao envio de embarcações com recrutas para as tropas do Império e mantimentos para mantê-los. Houve um aproveitamento das relações já existentes para a condução da política de recrutamento nas vilas do interior da província, culminando em um cenário de insatisfação com a violência e impopularidade da guerra entre os baianos semelhante à experiência da província do Rio Grande do Sul.

¹⁹ Em ambas as províncias, houve o crescimento das tensões entre as autoridades locais encarregadas de fazer o recrutamento, aumento da criminalidade, deserções e diminuição das atividades econômicas, questões que se agravaram com a extensão do conflito.

considerando as particularidades da sociedade no Império, dentre elas as *Instruções de 1822*²⁰. A partir da outorga da Constituição de 1824, D. Pedro passou a incentivar que novas medidas fossem adotadas para organização das tropas regulares e manteve algumas já existentes, como as milícias e os corpos de polícia; por outro lado, promoveu a reestruturação dos corpos de 1ª e 2ª linha.

Sobre a situação dos corpos militares sediados no Maranhão, Regina Faria (2007, p.111)²¹ destaca que a partir de 1824 a província maranhense, no âmbito das reformas empreendidas pelo imperador, ficou com o 23º batalhão de caçadores, dos corpos de infantaria, e o 11º corpo de artilharia de posição, sediados em São Luís, que somados a todos os batalhões do país, seriam compostos por aproximadamente 22.958 militares. No Maranhão, é provável que dadas as circunstâncias da recente adesão da província a Independência em 1823, o número de militares aquartelados para eventuais necessidades de guerra, tenha experimentado, em um primeiro momento, considerável diminuição, mas posteriormente voltou a ter investimentos diante da necessidade de preparo e envio de tropas do Maranhão para a guerra na banda oriental, conforme a documentação que será discutida neste capítulo.

2.1 Soldados maranhenses: as prisões para o recrutamento na província

Com o advento do conflito, todas as províncias do Império foram mobilizadas para fornecerem os esforços necessários para defesa da honra da nação e do soberano. As províncias próximas ao conflito estavam na linha de frente com suas fronteiras sob ameaça ou protegendo o litoral brasileiro contra corsários de Buenos Aires, mas não significou que as províncias distantes do ponto de vista geográfico não desempenharam papel significativo na manutenção da guerra, fosse enviando homens para o campo de batalha ou provisões para mantê-los. Entre os habitantes do Maranhão, a participação em uma guerra distante e com causas desconhecidas por muitos, resultou em episódios de descontentamento popular, fugas, reclamações e prisões por parte dos indivíduos recrutados para a guerra.

No Maranhão, a primeira vez em que conseguimos identificar algum tipo de apelo, feito aos maranhenses para que se colocassem a serviço do exército de sua Majestade para a guerra

²⁰ Segundo Regina Faria (2007), as instruções foram um conjunto de normas para o recrutamento forçado das tropas profissionais durante todo o Império, mantendo aquelas implementadas desde a colônia, alterando somente a idade em que seria feito o serviço militar dos recrutas. BRASIL. Coleção de leis do império. Decisão nº 67, de 10 de junho de 1822. 1891.

²¹ Regina Faria (2007) analisa a formação do corpo policial e militar no Maranhão entre os séculos XVIII e XIX, refletindo as permanências das estruturas administrativas herdadas de Portugal ao longo do Império.

em curso, foi a proclamação do governador das armas²² da província, de 5 de janeiro de 1827²³, publicado nas páginas do *Amigo do Homem*²⁴ de 10 de janeiro daquele mesmo ano. Inaugurando assim, um período marcado por notícias de recrutamento na província, seguido da interação entre as tropas do Pará e do Piauí com as autoridades militares do Maranhão, que resultaram no frequente envio de militares do porto de São Luís com destino ao arsenal da Marinha do Rio de Janeiro e Montevideú, conforme aponta a documentação.

Todavia, as autoridades já estavam sendo orientadas pelo Imperador a realizar o recrutamento em todas as províncias. Prova disso foram duas ordens que chegaram ao presidente Pedro José Costa Barros²⁵ em 11 de fevereiro de 1826, que deveriam ser seguidas em todo o Império. Na primeira, datada de 22 de outubro de 1825, D. Pedro mandava que fossem presos pretos libertos para preencher os batalhões 10^a e 11^a de primeira linha de caçadores de Montevideú²⁶. A segunda é de 11 de março de 1826, e mandava que fossem despedidos dos arsenais os pretos escravizados que estavam empregados junto com seus senhores no dito arsenal²⁷. A ordem previa a dispensa de escravizados de outros recrutas que estivessem empregados no arsenal, tendo em vista evitar possíveis “abusos”, foi publicada no caderno de ofícios do governo em 6 de maio de 1826.

A partir de então, a Guerra da Cisplatina e a constante procura das autoridades locais por recrutas será objeto de atenção dos jornais através de ofícios publicados por eles. O recrutamento aqui, no entanto, nos oferece perspectivas que são particulares à região. Diferente de outras províncias, não houve menções a casos de insubordinação dos recrutados que terminassem no emprego da violência pelas autoridades do governo, somente ocorrências de fugas, prisões e reclamações de pais de família, porém, nosso ponto de partida é o início do recrutamento no Maranhão representado nos jornais de maior circulação naquele período, seguindo a ordem de publicação desses jornais.

Como vimos acima, o recrutamento foi regulamentado pela veiculação de proclamações e ordens, visando trazer legitimidade para a causa, uma vez que ter o sentimento de um

²² Nomeado governador das Armas do Maranhão por atribuição do Imperador Pedro I desde 1826.

²³ Proclamação feita pelo governador das armas da província, Conde d’Escragnoille, mencionada no item 1 do capítulo anterior.

²⁴ *O Amigo do Homem*, n.º 3, 10 out. 1827, p.13.

²⁵ Pedro José Costa Barros (1779-1839), natural do Ceará, atuou como deputado eleito em 1823, presidente das províncias do Ceará (1824) e do Maranhão (1825-1827), e senador representando o Ceará de 1828, até seu falecimento em 1839 (Galves, 2010, p.2).

²⁶ Portaria ordenando que remetam, em ocasiões oportunas, recrutas e pretos libertos para preencherem os batalhões n.º. 10 e n.º.11, em 1 de fevereiro de 1826. APEM. Livro 19, fl:185.

²⁷ Aviso mandando que sejam despedidos dos arsenais os pretos, que ali trabalham, sendo escravos de empregados do mesmo arsenal. Em 11 de março de 1826. APEM. Livro 19 (1813-1826), fl:199.

premature patriotismo dos maranhenses era fundamental para que tivessem quem enviar ao front. Ainda no mês de janeiro, um ofício enviado pelo major Joze Felix Mendes, possivelmente o encarregado pelo recrutamento na região do Mearim, ao governo da província, notificou o envio da relação dos recrutas que estavam a caminho do serviço militar, para que tivessem o destino conveniente ao chegar à capital. O destino desses recrutas seria a guerra na Cisplatina (*Amigo do Homem*, n.º 5, 17 jan. 1827, p.31).

Relação dos recrutas proximamente chegados da Ribeira do Mearim. Sebastião Antonio dos Santos. João Maria. Joze Maria Chaves. Joze Celistino Loppes. Pedro Alexandrino Moniz. Francisco Pedro. Hygino Antonio da Silva, este recruta não veio por estar doente. Rafael Archanjo. Francisco João Pimentel. Joaquim Antonio da Silva. Leocadio Benedito Garros. Raymundo Theodoro da Silva. Franciso Joze Maciel. Manoel Joze da Costa. Franciso Caetano de Brito. Raymundo Lazaro da Silva. Balbino de Souza Lobo. Joze Antonio de Aragão. Henrique Pedro Maciel Parente. João Nepomuceno da Gama. Joze Elias de Santa Anna. Maranhão, secretaria do governo, 10 de janeiro de 1827. Joaquim Ferreira França, secretário do governo.

Segundo a lista, 20 indivíduos recrutados na Ribeira do Mearim estavam sendo enviados a São Luís para sentarem praça, com exceção de um recruta que não se apresentou por estar enfermo. No mês seguinte, o *Amigo do Homem* publicou na seção de “artigos de ofício” notícias sobre o recrutamento que estava sendo feito nas vilas da província. O documento encaminhava às autoridades encarregadas do recrutamento, as ordens do governador das armas da província para que fosse suspenso, visto que o número de voluntários já correspondia aos esforços necessários para aquele momento (*Amigo do Homem*, n.º 15, 21 fev.1827, p. 91).

O destino dos recrutas levados a sentar praça era, em sua maioria e segundo as ordens de ofícios do governo, o Rio de Janeiro e Montevidéu, a exemplo do grupo de recrutas do Piauí que havia chegado a São Luís conforme o ofício de 13 de fevereiro, assinado pelo então presidente Costa Barros, publicado neste mesmo número do *Amigo do Homem*. A ordem era para que o capitão de fragata e intendente da marinha da província, Faustino Joze Schultz, colocasse o grupo de recrutas a bordo das embarcações que estivessem disponíveis para que seguissem seu destino em direção ao Rio de Janeiro (*Amigo do Homem*, n.º 14, 17 fev. 1827, p. 83).

As embarcações disponíveis no porto da cidade de São Luís eram o brigue escuna Leopoldina, o brigue-correio General Lecor e a escuna imperial D. Maria da Gloria. Estes aparecem na documentação explorada como responsáveis por manter o fluxo de envio dos recrutas do Maranhão para as partes do Império, conforme as requisições do governo da corte e da província. As informações sobre eles, são, no entanto, quase inexistentes.

De acordo com o ofício, os recrutas deveriam ser encaminhados às embarcações encarregadas, disponíveis no porto de São Luís, para que fossem levados ao Rio de Janeiro,

conforme o solicitado pelo governo central e provinciais. Naquele momento, o recrutamento para a Guerra da Cisplatina na província maranhense ocupava espaço diário na agenda do governo, e alterava a dinâmica militar, outrora “tranquila”.

Exemplo disso, são os dois ofícios do governo publicados no mesmo dia. O primeiro foi assinado pelo governador das armas, Conde d’Escragnoille, em que mandava suspender o recrutamento na província por já haver voluntários suficientes²⁸. O segundo, foi enviado por ordem do presidente Costa Barros ao coronel comandante geral da vila de Alcântara para que fosse suspenso o recrutamento que estava sendo feito para o preenchimento dos corpos de 1ª linha. Mais adiante, comunicou também que as mesmas ordens seriam repassadas aos comandantes das outras vilas que também estavam procedendo com o recrutamento, e ao major Joze Felix Mendes, que havia enviado os vinte e um recrutas da Ribeira do Mearim no mês de janeiro, sendo o encarregado do recrutamento de 1ª linha (*Amigo do Homem*, n.º 16, 24 fev. 1827, p. 95).

Meses após o envio, o mesmo jornal publicou a resposta do marquês de Maceió, em que este acusava o recebimento dos recrutas enviados do Maranhão a bordo da escuna brigue Leopoldina, para sentar praça na imperial brigada de artilharia da marinha, conforme solicitado, e cujos nomes estavam na relação enviada ao governo da província pelo major Joze Felix Mendes²⁹. A documentação explorada aponta a existência de vínculos entre o Maranhão e as províncias do Pará e Piauí no recrutamento para a guerra.

O primeiro, diz respeito a passagem de tropas piauienses - com destino ao porto de São Luís - pelo interior da província, percorrendo várias vilas e atraindo a admiração dos moradores³⁰. Já o segundo, se refere a uma rede de conexões estabelecidas entre as três províncias vizinhas: Pará, Maranhão e Piauí e que evidencia uma relação dinâmica entre elas para o recrutamento feito na região (*Amigo do Homem*, n.º 20, 8 set. 1827, p. 117).

Nesse caso, o Maranhão funcionou como um “entreposto”, considerando a posição estratégica entre Pará e Piauí, somado às condições do porto e das embarcações disponíveis para busca e envio dos recrutas ao destino da guerra. Já na metade do ano de 1827, o *Amigo do Homem* dava início a seu segundo semestre de publicação da folha³¹, mantendo seus leitores

²⁸ Ofício de 17 de fevereiro de 1827, publicado no n.15 de 21 de fevereiro de 1827, no *Amigo do Homem*.

²⁹ A data do ofício enviado do Palácio do Rio de Janeiro é de 23 de agosto de 1827, registrada na folha de número 68 do livro 3 de provisões e avisos do governo.

³⁰ Veremos este caso mais adiante nas menções feitas pela *Bandurra* (1828), o segundo jornal redigido por João Crispim Alves de Lima.

³¹ Importante notar que o jornal reiniciou a contagem das edições ao final de cada semestre em ordem crescente, mas permaneceu com a mesma quantidade de páginas e periodicidade, sempre publicado os sábados e quartas-feiras.

informados sobre as novidades que estavam acontecendo na província e no andamento da guerra. Uma delas foi a publicação do documento assinado pelo governador das armas da província, o conde d'Escragnole, em 4 de julho de 1827, sobre a partida do brigue Bomfim, de S.M., que saiu do porto de São Luís transportando recrutas feitos no Maranhão para o serviço na marinha imperial (*Amigo do Homem*, n.º 6, 21 jul. 1827, p. 36).

Novamente, o recrutamento tornou a ser solicitado pelas autoridades da província, fazendo com que o governador das armas voltasse atrás na ordem de suspensão encaminhada aos chefes encarregados das vilas. A ordem partiu do próprio imperador, que solicitou que fizessem o envio imediato dos recrutas do Maranhão para o Rio de Janeiro para serviço na marinha. O governo das armas se encarregou de comunicar tais ordens através de ofício do dia 4 de julho de 1827, determinando que o tenente coronel comandante do corpo da polícia de São Luís voltasse a recrutar aqueles que estivessem na conformidade da lei para sentarem praça, sem esquecer dos indivíduos pertencentes a categoria de “perturbadores da ordem pública”, que deveriam ser enviados a sala do governo para aguardar o embarque a bordo do correio Bomfim para o mesmo destino já mencionado. O ofício foi assinado pelo vice-presidente, Romualdo Antônio Franco de Sá³² em 4 de julho de 1827 (*Amigo do Homem*, n.º 6, 21 jul. 1827, p. 36).

Neste mesmo número do *Amigo do Homem*, fora publicado outro ofício solicitando o envio de recrutas do Maranhão até o dia 11 de julho de 1827, a bordo do brigue imperial Bomfim para o Rio de Janeiro. No referido documento, datado de 9 de julho de 1827, o vice-presidente Romualdo Antônio Franco de Sá solicitava ao governador das armas, o conde d'Escragnole, que encaminhasse os recrutas dos corpos de 1ª e 2ª linha da província que haviam sido recrutados para servir na brigada imperial da marinha à sala do governo com a documentação necessária para aprovação da secretaria de Estado (*Amigo do Homem*, n.º 6, 21 jul. 1827, p.37). No dia 1 de agosto, o *Amigo do Homem* publicou um ofício datado de 10 de julho, dia anterior ao documento que mandava os recrutas se apresentarem à sala do governo, que trazia ordens para que fossem entregues aos militares dos corpos de 1ª linha que seriam mandados para a brigada imperial da marinha, as munições necessárias ao serviço (*O Amigo do Homem*, n.º 9, 1 ago. 1827, p.53).

A atividade de recrutamento podia ser percebida em toda a província, mas, em alguns casos, a necessidade de recrutar para a guerra não sobrepujava interesses ou condições particulares. Casos de dispensa de indivíduos que eram levados pelas autoridades da província

³² Romualdo Antônio Franco de Sá, foi vice-presidente da província do Maranhão, exercendo interinamente a presidência entre os anos de 1827 e 1828.

também podem ser percebidos nas notícias. Um desses casos apareceu no ofício de 7 de agosto de 1827, publicado no *Amigo do Homem* de n.º 5. No referido ofício, o vice-presidente Franco de Sá notificava o recebimento do documento enviado anteriormente pelo tenente comandante geral interino, Carlos Benedito da Serra Freire, comunicando os nomes dos indivíduos recrutados para o exército na cidade de Cajapió, e que haviam sido mandados para São Luís.

Em resposta, o vice-presidente comunicava o recebimento dos recrutas assim como a relação com seus respectivos nomes. Contudo, dispensou aqueles com boa conduta, e mandou os demais para o brigue escuna Leopoldina para aguardar partida ao Rio de Janeiro. Na resposta do vice-presidente, ele acusava o recebimento de uma relação contendo os nomes dos presos enviados a capital, documento não disponível na publicação feita por João Crispim. Nos chama atenção alguns presos terem sido dispensados do serviço nas armas, questão que pode estar relacionada a pedidos de liberdade feitos por familiares ou a vínculos movidos por interesses particulares (*Amigo do Homem*, n.º 15, 22 ago. 1827, p. 87).

Outro caso de prisão para o recrutamento foi de Francisco de Assis da Silveira, residente da freguesia de S. Bento dos Perizes de Alcântara, liberado por ordem do vice-presidente Franco de Sá, em ofício de 11 de agosto, por não estar apto para o serviço, avisando ainda que não tornasse a ser recrutado pelas autoridades locais. É possível que o motivo para a dispensa fosse algum problema de saúde, bom comportamento ou conexões familiares (*Amigo do Homem*, n.º 16, 25 ago. 1827, p.95). Casos dessa natureza, em que rapazes eram presos em diversas cidades da província e levados para sentar praça, foram constantes nos jornais do período em que o Maranhão esteve empenhado em enviar esforços para o front na Guerra da Cisplatina.

Entre prisões, pedidos de liberdade e recrutas colocados em embarcações para serem levados ao sul, soldados eram mobilizados conforme a necessidade da guerra. Em 10 de outubro de 1826, D. Pedro mandou um ofício ao presidente da província do Maranhão, solicitando que o tenente do Batalhão n.º 23 de 1ª linha da província, Francisco Feliz da Fonseca Pinto, se apresentasse para servir às ordens do brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto no exército que estava no Sul. A menção direta ao envio deste militar em especial ao front sustenta que o Maranhão esteve ativamente envolvido em abastecer as tropas brasileiras bem como as ordens do Imperador (*Amigo do Homem*, n.º 5, 17 jan. 1827, p. 31).

A essa altura, o recrutamento estava encaminhado na província, restando apenas que fossem enviados conforme as solicitações do governo. Uma delas foi de 27 de agosto, mencionando novamente os recrutas do Maranhão enviados ao Rio de Janeiro anteriormente. Neste, solicitava-se que fossem recebidos pelo tenente comandante do correio general Lecor,

cujo nome não conseguimos identificar, os recrutas que estavam sob comando do 1º tenente comandante do brigue escuna Leopoldina, para que pudessem sentar praça na brigada Imperial da Marinha no Rio de Janeiro (*Amigo do Homem*, n.º 20, 8 set. 1827, p.117).

Neste mesmo número, o major João Batista Mendonça, comandante geral do Mearim, enviou um comunicado ao governo da província, em que dizia ter dispensado três indivíduos - Joaquim da Costa Gomes, Carlos Vicente da Costa, Francisco Pereira de Souza e Belizário Antônio Pereira -, por não estarem nas “circunstâncias” de alistarem no serviço militar, restando apenas oito recrutas, prontamente enviados à galera General Lecor. Em resposta, no mesmo dia o vice-presidente da província, Franco de Sá, solicitou que o 2º tenente comandante do dito correio General Lecor, recebesse os recrutas citados no ofício do comandante geral do Mearim, conforme a relação recebida pelo coronel secretário do governo (*Amigo do Homem*, n.º 20, 8 set. 1827, p.117).

Na edição seguinte, foi publicada na sessão de “artigos de ofício”, o ofício de n.º.669 de 3 de setembro de 1827, do vice-presidente, determinando que o comandante do brigue escuna Leopoldina recebesse um recruta desertor chamado Francisco de Paula e todos os demais que fossem encaminhados pelo governador das armas da província com destino ao Rio de Janeiro (*Amigo do Homem*, n.º 21, 12 set 1827, p. 123).

Ainda na mesma semana, o 1º tenente comandante do brigue escuna Leopoldina recebeu novamente ordens do vice-presidente, dessa vez para que capturasse vinte recrutas para sentarem praça como marinheiros no serviço da armada imperial, encaminhando-os ao intendente da marinha do Maranhão, e que ajudassem a transportar uma peça para reparo da embarcação Athlante. Seriam, conforme a ordem, mandados para o Rio de Janeiro quando houvesse transporte disponível para o seu destino. O comandante do correio general Lecor respondeu o ofício recebido ainda naquele mesmo dia, comunicando estar ciente da ordem de recrutamento e do trabalho para o transporte da peça de rodízio do brigue Athlante (*Amigo do Homem*, n.º 21, 12 set. 1827, p.124).

A frequência com que o recrutamento era feito no Maranhão fazia com que a guerra deixasse cada vez mais de ser “distante”, para se tornar parte da realidade da população da região. Em Caxias, por exemplo, um ofício de 20 de setembro de 1827, enviado pelo vice-presidente do Maranhão, autorizava que o comandante geral da cidade permanecesse recrutando os indivíduos aptos ao serviço nas armas, para que preenchessem os corpos de 1ª linha da cidade e posteriormente enviassem à sala do governo da província.

No mês seguinte, o *Amigo do Homem* publicou ofício em que era solicitado que um preso chamado Nicolau Nogueira aguardasse a bordo da corveta general Lecor para sentar praça na brigada imperial da marinha do Rio de Janeiro juntamente com aqueles que estivessem em condição semelhante (*Amigo do Homem*, n.º 28, 6 out. 1827, p.165-166). O capitão tenente e comandante do brigue escuna Leopoldina recebeu ordens semelhantes no dia 3 de dezembro de 1827, para que novamente prendesse recrutas para o serviço na esquadra imperial, conservando-os presos a bordo do brigue sob seu comando até que fossem chegasse o momento de enviá-los ao Rio de Janeiro.

Tal determinação também se aplicava aos recrutas encaminhados pelo intendente da Marinha, podendo solicitar a ajuda do tenente coronel comandante da polícia e da tropa para garantia das prisões. As autoridades da província estavam ativamente envolvidas na atividade de recrutamento para a guerra da Cisplatina, sendo possível identificarmos a existência de uma sintonia entre as autoridades e a frequência com que os ofícios eram remetidos pelo governo da província, evidente na rapidez com que eram executados (*Amigo do Homem*, n.º 46, 8 dez. 1827, p. 268).

Já nos últimos meses da guerra, o apelo do imperador para que mais recrutamentos fossem feitos tomou corpo e, em alguns casos, com o aceno de alguns benefícios para os soldados. Valendo-se disso, D. Pedro assinou o decreto de 14 de julho de 1828, publicado no suplemento da *Minerva* de número 41. O decreto imperial tratava da convocação de “libertos” para servirem no Batalhão de Caçadores de 1ª linha n.º 11, em razão do número reduzido de corpos presente em suas fileiras, cujo exército imperial não poderia abrir mão considerando a ameaça do inimigo (*Minerva*, n.º 41, 4 dez. 1828, p. 277-278). Para isso, oferecia bonificações e privilégios para aqueles que se apresentassem espontaneamente para sustentar a reputação do exército, prometendo o tempo de serviço de apenas quatro anos e algumas condições. Dentre elas, destacamos a mais significativa referente ao recrutamento de maranhenses para a campanha na Cisplatina.

[...] n.º 4. Achando-se estabelecido pelo alvará de vinte nove de agosto de mil oitocentos e oito, que deu nova forma aos corpos da 1ª linha da província de São Paulo, que todos os assaltos, que fossem por eles feitos aos inimigos da coroa, em corpo ou por destacamentos, lhes houvessem de pertencer: irei por bem fazer extensiva esta mercês ao referido batalhão n.11; ordenando que, servindo em campanha, tudo o que tomar, lhe ficara pertencendo; e pelas armas troféus e mais artigos recebera as compensações estabelecidas, há mais de meio século naquela província, e que eu houve por bem aprovar pela minha imperial resolução de trinta de julho de 1827, tomada sobre a consulta de conselho supremo militar de trinta de maio do mesmo ano, as quais logo lhe serão pagas na tesouraria competente [...] (*Minerva*, n.º 41, 4 dez. 1828, p. 277-278).

Assim, a partir dos anos finais da guerra, mais precisamente meados de 1827, os casos de deserção no exército se tornaram mais frequentes, ocasionando grandes baixas nas tropas do Império, que precisava lidar com as deserções e mortes no front. As péssimas condições de permanência no campo de batalha, atraso dos soldos e violência das autoridades locais tornavam o serviço nas armas a última opção de ocupação de muitos rapazes. Como solução, D. Pedro precisou adotar novos mecanismos de atração dos recrutas para a guerra, dentre elas a assinatura de decretos como o citado acima.

2.2 Maranhenses, piauienses e paraenses no “mesmo barco” rumo ao front

Para além das transformações causadas na dinâmica interna do Maranhão com o recrutamento de indivíduos insatisfeitos e relutantes com o destino da guerra, as notícias veiculadas nos jornais que circularam na capital durante aqueles anos exploraram também o potencial de informação dos seus leitores sobre as relações entre os militares do Maranhão, Piauí e Pará. Interessante notarmos que estiveram presentes nas páginas desses jornais informações diárias sobre deslocamentos de tropas do Piauí, recebimentos de militares e envios para outras províncias, atribuindo ao Maranhão significativa importância no andamento da guerra.

A marcha do Batalhão de n.º 20 de 1ª linha do Exército do Piauí para São Luís foi registrada praticamente por todo o ano de 1827 no *Amigo do Homem*. Em 23 de setembro de 1827, o vice-presidente do Maranhão recebeu do presidente da província do Piauí um comunicado informando que os militares estavam se deslocando em direção a São Luís antes se seguirem para a guerra. Mas o jornal só publicou os dois ofícios em seu número 34 do segundo semestre (*Amigo do Homem*, n.º 34, 27 out. 1827, p. 193).

O recrutamento “institucionalizado” nos discursos do imperador e das autoridades locais, partilhava dos mesmos instrumentos de coerção dos habitantes dessas províncias para que lutassem em favor do Império. No número 18 do *Amigo do Homem*, de 3 de março de 1827, foi publicada uma proclamação feita pelo governador das armas do Pará João Paulo dos Santos, em 27 de janeiro do mesmo ano, com o título de “GRÃO-PARÁ: CAMARADAS! UM NOVO FEITO”, similar ao que foi feito aos maranhenses pelo governador das armas do Maranhão, em 25 de janeiro e a convocação de D. Pedro no *Diário Fluminense* de novembro de 1826 (*Amigo do Homem*, n.º 18, 3 mar. 1827, p. 108-109). Era um convite aos paraenses para que se juntassem as tropas que estavam no Sul, para que participassem de um grande feito - a luta pela manutenção da província Cisplatina - conforme o trecho abaixo:

Os vastos campos da Província Cisplatina vão ser o Teatro de suas brilhantes ações; e aí d'aqueles contra quem ele vibrar seu terrível braço! Soldados Paraenses! [...] Camaradas: se a fim um há entre vós, que queira mais ansioso voar a província do Rio grande do Sul, a fim de mostrar seu ardente patriotismo defendendo a integridade do Império, e o Trono do nosso Adorado Imperador, marche à frente de suas fileiras, e faça-se conhecer de todos, para merecer nossos louvores, e levar com sigilo o respeito; e admiração de todos seus os Irmãos d' Armas. Viva o Senhor D. Pedro I. Imperador Constitucional, e defensor perpetuo do Império do Brasil. Viva a integridade do Império do Brasil. Viva o Bravo Exército Brasileiro. Pará em 27 de janeiro de 1827. João Paulo dos Santos Barreto. Governador das Armas (*Amigo do Homem*, n.º 18, 3 mar. 1827, p. 108-109).

Simultaneamente, o Piauí também estava envolvido no recrutamento para a guerra. Em 3 de outubro de 1827, o *Amigo do Homem* publicou a proclamação feita pelo presidente da província do Piauí, o Barão de Parnaíba, aos militares do batalhão de caçadores de 1ª linha daquela província. O documento era um comunicado enviado pelo conde de Lages do palácio do Rio de Janeiro em 10 de maio do mesmo ano, demonstrando a satisfação do imperador com os habitantes daquela província, que “[...] não pôde deixar de receber com satisfação um tal testemunho de lealdade, com que os briosos militares, ainda na mais remota parte do Império, se empenham por sustentar a dignidade do trono, e a honra da nação; [...]”. Após os elogios, o Barão mandou que o batalhão fosse enviado a Bahia para que fossem transportados a Santa Catarina¹⁹ (*Amigo do Homem*, n.º 27, 3 out. 1827, p. 162).

No mesmo ritmo, o *Amigo do Homem* publicou ainda a proclamação do tenente coronel e comandante Luiz Maria Cabral ao 20º Batalhão, que estava marchando para a guerra. Em seu discurso, reforçava os apelos da necessidade e importância de lutarem pela pátria, unindo-se aos irmãos de armas que estavam no front. Concluiu dizendo ter orgulho de comandar um batalhão exemplar e disciplinado (*Amigo do Homem*, n.º 49, 19 dez. 1827, p. 286). Essa seria uma de várias expedições que levaram centenas de recrutas das províncias do Norte para a guerra. Uma dessas remessas realizadas pelo Maranhão e Piauí, chegou à cidade de Salvador em outubro de 1827 com aproximadamente 88 indivíduos, recrutados nas duas províncias (Junqueira, 2005, p. 128)³³.

Para deslocamento dos recrutas feitos na província maranhense, em 31 de outubro de 1827, o comandante da escuna de guerra D. Maria da Glória, que sairia do porto de São Luís para a província do Pará em 1 de novembro, foi orientado a receber sete praças dos corpos de 1ª linha da capital - ofício n.º 594 de 31 de outubro -, destinados à Imperial brigada da marinha

³³ Informações produzidas pelo autor com base na documentação existente no acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia, não disponível em acervo digital.

e depois Santa Catarina, por ordem do governador das armas (*Amigo do Homem*, n.º 38, 10 nov. 1827, p.217-218).

A escuna, porém, não partiria na data prevista. Algumas linhas abaixo, outro ofício do vice-presidente destinado ao comandante da escuna D. Maria da Gloria, mandava que ela só partisse quando o capitão de mar e guerra, Joaquim Raymundo de Lamareem, determinasse, ainda que já estivesse tudo pronto para o embarque – possivelmente, por ainda acreditarem que mais recrutas seriam encaminhados à embarcação para seguirem viagem com os demais.

Ao brigue também foi solicitado que o correio de terra do Pará fosse recebido a bordo da embarcação e que o capitão estivesse ciente de que os correios deveriam seguir por mar todas as vezes que houvesse embarcações de guerra no porto da cidade para as províncias em que se dirigiam (*Amigo do Homem*, n.º 39, 14 nov. 1827, p.223). Em 3 de novembro outra prisão foi feita no referido brigue de guerra: agora, se tratava de um caso de deserção na imperial brigada da marinha, pelo recruta Joaquim Miguel de Lemos.

Este recruta permaneceria preso até que houvesse uma embarcação disponível para levá-lo ao regimento a que pertencia. Por último, o 1º tenente comandante do brigue escuna imperial Leopoldina recebeu ordens para que mandasse à sala do Governo da província, os recrutas que haviam sido enviados a ele conforme portaria n.º 229, de 5 de novembro, conservando preso somente Bento Barboza, por motivos que não são mencionados na documentação (*Amigo do Homem*, n.º 39, 14 nov. 1827, p.224).

As autoridades conservariam presos a bordo da escuna D. Maria da Gloria os recrutas constantes na relação enviada pelo governo até que houvesse embarcação disponível para conduzi-los ao Rio de Janeiro, conforme o ofício de 23 de novembro enviado para o presidente da província do Grão-Pará, Joze Feliz Pereira de Burgos. Dias antes, foi dada a ordem ao 1º tenente e comandante do brigue escuna Leopoldina, que mantivesse os recrutas que estavam na relação assinada pelo vice-presidente do Maranhão, destinados ao serviço na marinha imperial do Rio de Janeiro³⁴ (*Amigo do Homem*, n.º 42, 24 nov. 1827, p. 243). No dia seguinte, foi comunicado através de outro ofício o recebimento do despacho de 1º de novembro do vice-presidente, com a lista dos nomes dos recrutas mantidos presos no brigue escuna Leopoldina e o destino dos mesmos.

Já com os recrutas enviados do Piauí para o Maranhão, a preocupação era que notificassem o governo com frequência sobre a localização e situação da tropa que estava em marcha para São Luís, deixando sempre as autoridades informadas sobre o local em que

³⁴ Ofício de 9 de novembro de 1827.

estavam. Possivelmente, essa orientação tinha por objetivo evitar deserções e manter o Imperador informado sobre aquele reforço para a guerra no sul. Exemplo disso foi o ofício de 20 de novembro de 1827, do coronel e secretário do governo Antonio Joze Saturnino, solicitando que fosse entregue à junta da fazenda pública desta província, uma cópia do mapa da força do batalhão de n.º 20, que se encontrava naquele momento aquartelado em Caxias, orientando que lhes fossem fornecidos os itens necessários por conta da fazenda pública da província do Piauí (*Amigo do Homem*, n.º 44, 1 dez. 1827, p.255).

Conforme os militares do Piauí percorriam as vilas do interior, coube ao *Amigo do Homem* manter seus leitores informados sobre o estado de saúde dos seus vizinhos em marcha pelo interior. A menção se tratava da alta médica dos recrutas José d'Assumpção e Rozenal Pereira, do batalhão de caçadores número 23º, que veio do Piauí para o Maranhão com destino ao Rio de Janeiro. Por ordens expressas do ofício, após a melhora médica, ambos deveriam ser enviados a uma embarcação onde ficaram “adidos” ao batalhão de caçadores número 23º e enviados para a uma embarcação com destino a corte, para depois seguirem para o sul (*Amigo do Homem*, n.º 50, 23 jun. 1827, p. 309).

No dia 22 de novembro, o intendente da marinha foi notificado para que fizesse oito caixotes que comportassem cinco armas e dois cunhetes³⁵ para munição, que seriam destinadas à região de Carnaubearas³⁶. Os itens solicitados deveriam ser entregues ao capitão ajudante João Raimundo Serejo, até as 10 horas da manhã do dia 23 do mês corrente. No mesmo dia mais itens militares foram solicitados pelo governo da província.

Dessa vez, o capitão de fragata e o intendente da marinha precisavam conseguir *cavalgaduras* ou um carro próprio para conduzir 40 armas ganadeiras e dois *cunhetes* de cartuxame à Vila do Paço, até as dez horas da manhã do dia seguinte ao governador das armas, conde d'Escragolle. No entanto, o capitão de fragata e intendente da marinha, Faustino Jose Schultz, respondeu aos dois ofícios comunicando não ter conseguido alugar cavalgaduras nem carros próprios para a condução das armas e o cartuxame até a Vila do Paço, mas que continuaria a procurar meios para entregá-los conforme as ordens do governador das armas (*Amigo do Homem*, n.º 44, 1 dez. 1827, p.255).

Quando o Batalhão de n.º 20 do Piauí chegou à vila de Caxias, em 8 de novembro, após alguns meses de viagem pelo interior da província, o *Amigo do Homem* publicou dois ofícios de ordens do governo comunicando aos seus leitores a novidade. Um deles, de 20 de novembro,

³⁵ Caixote de madeira próprio para guardar ou transportar munição de guerra.

³⁶ Localizado próximo à divisa com a província do Piauí.

notificava a chegada do batalhão a vila. Foi mandado em resposta ao ofício de n.º 625, que orientava as autoridades de Caxias que tomassem as providências necessárias para o aquartelamento e abastecimento do batalhão enquanto estivessem lá (*Amigo do Homem*, n.º 44, 1 dez. 1827, p.255); solicitava, ainda, que lhes fossem entregues os itens necessários para a sua manutenção até que se retirassem da cidade em direção a Santa Catarina. A passagem do batalhão pelo interior da província, no entanto, não passou despercebida pelos moradores das vilas percorridas: um desses escreveu ao redator do *Amigo do Homem*, que publicou a correspondência neste mesmo número.

O homem residia na freguesia de Rosario no Itapecuru e registrou a passagem do batalhão no dia 2 de dezembro. Segundo o seu relato, o batalhão havia passado apenas 48 horas na vila, e em seguida partiu em direção ao seu destino. Elogiou a boa disciplina dos militares e lamentou a saudade que a tropa havia deixado entre as pessoas daquela região. O nome do autor da correspondência era João Manoel Pereira Brandão Tezo (*Amigo do Homem*, n.º 50, 19 dez. 1827, p. 293).

Dias após, enquanto o governador das armas do Maranhão preocupava-se em reunir o armamento e assegurar o preparo e transporte dos militares que seriam enviados para a Guerra da Cisplatina, desembarcou (em 6 de dezembro) no porto de São Luís a tropa do batalhão de caçadores de n.º 20 de 1ª linha do Piauí, concluindo sua marcha pelo interior da província maranhense. A tropa piauiense permaneceu em São Luís sob o comando do tenente coronel Luís Maria Cabral, até que houvesse embarcação disponível para levá-los para Santa Catarina (*Amigo do Homem*, n.º 47, 12 dez. 1827, p. 276).

A chegada do batalhão de caçadores de n. 20 do Piauí à capital do Maranhão serviu para somar com os esforços da província para o envio dos militares à guerra. Também foram dadas ordens para garantir a permanência do batalhão na cidade. Dentre elas a concessão pelos religiosos do convento de Santo Antonio para que os militares fossem aquartelados lá, sendo comunicado ao governo da província através do ofício datado de 4 de dezembro de 1827, pelo vice-presidente Romualdo Antonio Franco de Sá ao conde d' Escragnonne, o governador das armas (*Amigo do Homem*, n.º 50, 22 dez. 1827, p. 290).

Contudo, para assegurar o efetivo militar recrutado, era essencial que as altas taxas de deserções na província fossem controladas pelo governo. Cabia às autoridades responsáveis manterem os recrutas presos sem nenhuma possibilidade de fuga, em embarcações ancoradas no porto da cidade até que fossem autorizados a seguir viagem para o front. Como já observado, o recrutamento para a guerra da Cisplatina esteve em pauta durante todo o ano de 1827, e pôde

ser percebido nos impressos publicados como uma das muitas dimensões que a guerra ocupou nesta província.

2.3 Descontentamento e resistência ao recrutamento

Os casos de deserção, todavia, tornaram-se mais frequentes na medida em que a província intensificava seus esforços para o envio de recrutas e armamento, acompanhados de notícias sobre prisões, desertores e protestos de chefes de famílias do interior. Semelhante as províncias do Sul do Império e Bahia, que conforme já destacamos os trabalhos de Lucas Junqueira (2005) e Marcos Luft (2013), que identificaram tensões sociais provocadas pelo recrutamento para a guerra da Cisplatina. No Maranhão, essas tensões puderam ser percebidas nas publicações feitas pelos jornais o *Amigo do Homem*, a *Bandurra* e a *Minerva* entre os anos de 1827 e 1828, constituído em um importante recurso para o mapeamento do envolvimento e insatisfação dos habitantes da província com a guerra.

Como acompanhamos no item anterior, diariamente chegava ao Maranhão notícias da corte e outras províncias como Pará e Piauí com atualizações e requisições para as autoridades locais, que prontamente davam início às atividades de recrutamento e organização dos militares para o seu envio aos destinos solicitados. A ação conjunta das autoridades da província para reunir o maior número de militares possíveis como esforço de guerra foi gradativamente gerando descontentamento e opiniões desfavoráveis entre os habitantes do Maranhão, evidente nos depoimentos publicados por João Crispim, na *Bandurra*.

A resistência de alguns maranhenses ao recrutamento feito na província para o envio de esforços para a guerra na Cisplatina é bem representada pelo caso da deserção e prisão do recruta João da Luz, conhecido entre seus companheiros de farda como “Queima”. O caso foi noticiado no primeiro número da *Bandurra*, em 15 de janeiro de 1828, com o seguinte título: “As dignas correspondências do Farol”³⁷, jornal de autoria de Jose Candido, que publicou o caso em primeira mão e por quem o redator da *Bandurra*, João Crispim Alves de Lima nutria.

Segundo o jornal, a notícia havia sido apurada por um correspondente do *Farol Maranhense* que a publicou antes de Crispim, em que relatava que o recruta desertor pertencia

³⁷O *Farol Maranhense* começou a circular em 27 de dezembro de 1827, se estendendo até 1833. Teve como redator o “brasileiro” José Candido de Moraes e Silva (Araújo, 2018, p. 226). Era um jornal que fazia oposição aos interesses defendidos pelos “portugueses” da província, contestando em suas publicações a permanência e envolvimento desse grupo nos assuntos do governo, que segundo o redator da folha, era defensor de interesses opostos ao do estado em construção.

ao batalhão de pedestres de São Luís, e estava destinado a marchar para Montevideu para servir na brigada da Marinha, mas optou por desertar da charrua Lecor. A sua prisão foi feita pelas autoridades na casa de uma mulher, onde se escondia.

A publicação do episódio pelo redator da *Bandurra* foi para criticar os interesses do correspondente do *Farol* por uma notícia que ele julgou “irrelevante”, visto que, conforme acompanhamos nas publicações do *Amigo do Homem* (1827), este dedicava-se totalmente a defesa e informação da guerra entre seus leitores do Maranhão. O propósito era criticar a tentativa do *Farol* de deslegitimar o dever de um soldado para com a sua pátria (*Bandurra*, n.º 1, 15 jan. 1828, p. 39-40).

No entanto, o interessante no caso da notícia sobre o desertor “Queima” é perceber a resistência ao recrutamento no Maranhão, mais especificamente se considerarmos que as autoridades encarregadas de levar os recrutas para sentar praça em São Luís utilizaram a violência e a extorsão com os moradores das vilas da província, como veremos mais adiante em outras notícias.

Outro caso citado na *Bandurra* foi a correspondência enviada por um leitor de São Luís, com as reflexões e reclamações feitas pelo seu compadre, o sertanejo Manoel do Nascimento de Jesus Sozinho, em 27 de janeiro de 1828. Sozinho era um negociante de gado que residia no interior da província, e que estava fazendo cobranças na região do baixo-Itapecuru quando resolveu escrever ao seu compadre para contar-lhe novidades que tinha tomado conhecimento após ler alguns jornais da capital, expressando sua opinião sobre tais assuntos.

Dentre as considerações feitas por ele ao seu amigo, a que nos interessa aqui é seu relato sobre o recrutamento na região em que residia com sua esposa e três filhos moços em idade de sentar praça. O sertanejo demonstrou preocupação com o recrutamento que havia voltado a ser realizado na vila em que morava, após receber notícias dias antes da sua família e do vigário, levando-o a temer por seus filhos e parentes. Segundo ele, “[...] lá por aqueles centros [o recrutamento] é uma peste, que estava há muitos anos adormecida, mas agora apareceu com força, e vai fazendo nos moços uma grande estripação para a praça”.

Os prejuízos deixados pelo recrutamento no interior eram imensos aos moradores. Segundo o sertanejo, as mortes eram frequentes, os chefes de família temiam em entregar seus filhos para sentar praça, precisando subornar o capitão-mor e o sr. alferes com um lombo para cada um para que fechassem os olhos para aquele jovem e deixasse que escapasse; noutras vezes pediam ao pároco da igreja para socorrer os rapazes com uma declaração em troca do rabo do animal abatido para suborno.

O sargento responsável pela tocaia dos moços também não ficava sem a participação na divisão da carne, e podia receber a parte correspondente à língua do boi, restando apenas os chifres para a família. Logo, essa era uma das formas encontradas pela população para fugir do recrutamento naquelas vilas, matando diariamente “[...] o capado, e lá vai outra vez lombo a um, lombo a outro, fígado e coração ao cirurgião, orelhas e sarrabulho ao sargento e aos cabos”, deixando sempre a casa da família faminta (*Bandurra*, n.º 2, 27 jan. 1828, p. 88-93).

Este costume, ainda segundo o sertanejo, deixava as famílias sempre à míngua, sem comida para pôr a mesa, mas com esperanças de manter seus filhos distantes da morte no front de uma guerra que não lhes era mais importante do que suas vidas. A reclamação do sertanejo, com alguma ironia, era para que o costume de subornar o capitão-mor com o traseiro e ao sargento-mores e alferes com o lombo cessasse, para que eles pudessem subornar apenas os demais encarregados do recrutamento com partes que não lhe custassem sempre todo o animal abatido. Para isso, propunha como solução ao seu problema que o “[...] costume dos trazeiros e dos lombos” não fosse mais necessário, ou que lhe fosse dado o cargo de capitão-mor ou sargento-mor, mas caso também não fosse possível fazê-lo, que lhe nomeasse pelo menos ao cargo de alferes, porque segundo o que havia ouvido em sua freguesia, estes cargos eram dados sem número ou contagem certa.

Não sabemos que tipos de ligações o compadre do sertanejo tinha com os encarregados das armas da província ou com o palácio do governo para conseguir apontar se as suas solicitações eram viáveis para a concessão de favores desse tipo. Contudo, o que podemos perceber é um relato desesperado de um morador de uma região que vivia sob um sistema de recrutamento obrigatório a indivíduos que não tinham tantas possibilidades de resistência, regido pelos subornos para os que podiam fazê-lo ou pelas fugas, em casos de desespero.

O desespero dele se torna mais evidente quando fala sobre seu filho, Hemenegildo da Esperança de Jesus Sozinho, informando ao seu compadre que o rapaz havia recebido ordens para ingressar no seminário para seguir carreira como religioso, mas não o fez por falta do bispo. Pedia então ao seu compadre, que conseguisse durante a sua viagem ao Rio de Janeiro, alguma nomeação de vigário, cônego ou de bispo para o menino, mesmo que custasse alguma quantia em dinheiro. Segundo o sertanejo, era preferível que seu filho, que falava “um latim tão grego como qualquer doutor”, seguisse carreira na igreja e não na guerra.

A guerra, segundo o sertanejo, não valia nada. Dizia ouvir muito sobre a sua permanência no Sul, e dos muitos que eram enviados para lá a todo momento. Seu temor era que em uma dessas levadas de recrutas, seus três filhos moços, Hemenegildo, Policarpo e

Anacleto, fossem alistados com o retorno das ordenanças. O recrutamento, em sua opinião, deveria recair sobre os vadios e desordeiros, mas que o governo das armas do Maranhão preferia os moços de boa educação, rejeitando os vadios que lhes eram enviados nos grupos de recrutas. Por um lado, o sertanejo concordava com o governo, mas por outro sabia que os bons moços seriam estripados no front.

Já nas últimas linhas do seu relato, o sertanejo nos apresenta um outro elemento que sobre a participação do Maranhão na Guerra da Cisplatina, e que será explorado mais detidamente no próximo capítulo: as doações para a guerra. Segundo ele, o desejo de servir a sua pátria, lhe fazia querer ser útil através da compra de gado para que fosse doado a nação, como demonstração da sua lealdade ao Império, ainda que não apoiasse a guerra em razão de retirar seus filhos de dentro de casa sem nenhuma esperança de trazê-los de volta, dadas as péssimas condições de vida no front.

O problema da resistência ao recrutamento, no entanto, ainda podia ser percebido pelo governo das armas do Maranhão na capital. Em mais um caso de fuga de soldados que estavam a bordo do correio general Lecor, sob comando do conde d'Escragnoille, tornava-se evidente o descontentamento dos militares, que não desperdiçavam as brechas para escapar da guerra antes que pudessem chegar ao Rio de Janeiro. Segundo o ofício de 8 de abril de 1827, em que o ocorrido era relatado, foi resultado da ausência de vigilância das sentinelas encarregados dos recrutas, e que medidas deveriam ser tomadas para que não houvesse novas fugas (*Amigo do Homem*, n.º 31, 18 abr. 1827, p. 187-188).

Este caso de deserção em embarcações não era isolado. Em outro ofício do governo das armas, mais uma fuga é relatada. Desta vez, os casos de deserção de quatro soldados: o marinheiro Antônio Carlos do brigue escuna Leopoldina e Joze Carlos da Silva, o soldado fiel de artilharia Joaquim Antônio desertor do brigue cacique, e um soldado da brigada, desertor do correio general Lecor ou do brigue escuna Athlante, cujo nome não foi mencionado no documento.

Os quatro fugitivos foram vistos/encontrados no bairro dos Remédios, na fábrica de Manoel Jose de Medeiros, na fonte do *mamoin*, cova da onça e na venda de Jozé Bento de Mello no Largo da Forca. Após a perseguição e prisão dos desertores, foram encaminhados por determinação do Vice-presidente da província, ao primeiro tenente Rodrigo Theodoro de Freitas, para permanecerem a bordo do brigue escuna Leopoldina até que fossem mandados aos seus destinos (*Amigo do Homem*, n.º 37, 9 mai. 1827, p. 225-226).

Dentre os motivos que levavam muitos soldados maranhenses a desertarem antes de serem enviados a guerra, estavam as péssimas condições no front, atraso no pagamento dos soldos, doenças, prisões e violência, razões para que muitos preferissem desertar. Um desses exemplos é de um soldado doente que estava preso no brigue escuna Leopoldina, e cujo tenente deste mesmo brigue recebera ordens para que autorizasse a sua internação no hospital da cidade, até que estivesse melhor, devendo ser encaminhado depois a cadeia da cidade até que o seu destino fosse decidido. A ordem foi do dia 13 de agosto de 1827 (*Amigo do Homem*, n.º 16, 25 ago. 1827, p. 94).

No dia seguinte, foi publicado outro ofício ainda referente ao caso do recruta João Pires, o preso que precisava de internação. Dessa vez, solicitavam que ele fosse levado à cadeia da cidade para que o desembargador ouvidor geral do crime lhe desse um destino conveniente. Neste mesmo ofício, outro recruta era vítima de um mandado de prisão: que fosse feita pelo comandante de polícia a prisão do marinheiro Francisco Januário Martins e o seu envio ao brigue escuna Leopoldina (*Amigo do Homem*, n.º 16, 25 ago. 1827, p. 94).

Em mais um caso de desertores no Maranhão, em ofício de 14 de dezembro de 1827, publicado no *Amigo do Homem* de número 51, era solicitado por determinação do vice-presidente da província que os recrutas desertores Manoel Correia dos Santos e Francisco Pereira, do batalhão de n. 20 do Piauí, se apresentassem à sala do governo para que prestassem esclarecimentos aos seus superiores sobre suas ações. Foi comunicado também que os desertores que estavam presos na guarnição do brigue sob comando do capitão-tenente do brigue escuna Leopoldina, Rodrigo Theodoro de Freitas, continuassem aguardando para serem mandados de volta ao seu batalhão de origem (*Amigo do Homem*, n.º 51, 26 dez. 1827, p. 295).

Os retornados da guerra também eram citados nos artigos de ofício do governo. Um desses militares que conseguiu sobreviver e retornou ao Maranhão foi mencionado no número 10 do *Amigo do Homem*, de 3 de fevereiro de 1827. O nome do soldado era Demétrio Soares, que servia na 4ª companhia do 1º batalhão da imperial brigada d'artilharia, e retornou à província após ficar cego em conflito no Rio da Prata. A menção ao soldado se tratava da concessão feita pelo Imperador por provisão do conselho supremo militar de 30 de setembro de 1826, para o pagamento dos soldos a que tinha direito “[...] por ter sido combusto por explosão a bordo da escuna D. Paula, pertencente à escuna do Rio da Prata” (*Amigo do Homem*, n.º 10, 3 fev. 1827, p. 63).

Como se pode verificar, o recrutamento estava sendo feito desde fins de 1825 / início de 1826, com ordens do governo central encaminhadas ao Maranhão, aumentando

gradativamente entre 1827 e 1828, tempo de intensificação do conflito e necessidade de maiores esforços no exército. As províncias do Pará e Piauí também aparecem ao lado do Maranhão no esforço militar, inserindo a região na dinâmica promovida pelo Império durante a guerra. Dessa forma, é possível identificar instruções diárias para o recrutamento e deslocamento de recrutas do Maranhão e outras províncias a partir da chegada e saída de embarcações do porto de São Luís, levando soldados recrutados na região para a guerra. Sendo assim, considerando a natureza das notícias e documentação analisada, compreendemos a participação do Maranhão na Guerra da Cisplatina como direta e permanente. Todavia, não é possível mensurarmos o número exato de homens recrutados no Maranhão que tiveram como destino o front, dado a ausência de informações sobre tais números. Contudo, consideramos o envolvimento ativo da província na guerra.

Capítulo 3. Sob os efeitos da guerra: o porto de São Luís e a guerra do corso

Durante a Guerra da Cisplatina os combates não estiveram restritos ao front, tratando-se também de uma guerra naval, que teve como cenário o litoral brasileiro. No Maranhão, assim como em outras províncias litorâneas, o corso³⁸ feito por Buenos Aires às embarcações mercantes esteve veiculado nos impressos e discussões políticas, sobretudo nos últimos anos da guerra, face aos efeitos negativos e tentativas de negociações para o armistício.

O corso portenho no litoral brasileiro representava uma guerra marítima como represália ao bloqueio imposto pelo Império ao porto de Buenos Aires desde 1825, levando à legitimação da prática de corso e apresamento de embarcações que navegassem pelo litoral, caracterizando-se como uma verdadeira guerra do corso, que prejudicou embarcações de várias nacionalidades e destinos.

A presença de corsários de Buenos Aires no litoral maranhense foi percebida nos registros do porto de São Luís, publicados nos jornais da capital entre 1827 e 1828. Os registros de entrada no porto de São Luís marcavam a entrada de embarcações vindas de praticamente todos os principais portos localizados na região da costa do Brasil, como Rio de Janeiro, Bahia, Piauí, Pernambuco, Pará e Santa Catarina, região mais próxima do front no Sul.

Tal dinâmica, somada às questões internas do Maranhão, como a oposição entre grupos políticos e disputas de poder entre eles, possibilitaram que estivessem envolvidos no esforço de guerra feito pela província em defesa não apenas dos interesses do Império, mas também relacionados à dinâmica provincial, como o observado a partir da concessão de doações de alimentos e dinheiro para que o governo central continuasse com a guerra.

3.1 Notícias do porto de São Luís e o abastecimento da guerra

Durante os anos que seguiram a Guerra da Cisplatina, pode-se observar um constante fluxo de embarcações que chegavam ao porto de São Luís trazendo e levando soldados, informações da guerra e mercadorias. No esforço de guerra feito pelos maranhenses destaca-se principalmente a atuação deste porto na logística necessária ao envio de homens desta província e do Piauí e Pará para destinos como Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

³⁸No passado, a prática de corso era um elemento particular usado contra os inimigos de um Estado, realizado com permissão e com o objetivo de causar perdas e danos ao comércio inimigo e a aliados de bandeira neutra. Caracteriza-se como uma prática de guerra reconhecida por códigos e tratados entre nações, que legitimam a ação de corsários sobre embarcações de bandeira inimiga em estado de guerra, diferenciando-o da pirataria por meio da emissão de uma licença ou patente dada pelo rei, e a presa feita seria posse do corsário (Secreto, 2016, p.422).

O porto de São Luís³⁹ desempenhava papel crucial na dinâmica social e econômica da província maranhense desde o período colonial, configurando as relações nacionais e internacionais do transporte marítimo (de longo curso e cabotagem) e fluvial por mais de três séculos e meio (Santos, 2017,p.115), atribuindo o processo de organização dos portos brasileiros a D. João VI enquanto regente em 1813, a partir da criação das divisões navais nas costas do Brasil, resultando na subordinação do Maranhão à divisão naval do Norte. Ainda segundo a autora, com o aumento da atividade nos portos marítimos e fluviais, surgiu a necessidade de responsabilizar indivíduos, sendo atribuído ao governo Imperial a criação da capitania do porto por meio do decreto de número 358, de 14 de agosto de 1845, sendo estendido a todas as províncias com portos (Santos, 2017, p.115).

Os anúncios de entrada e saída de embarcações no porto de São Luís entre os anos de 1827 e 1828 apareciam diariamente nos jornais *Amigo do Homem* (1827), *Minerva* (1828) e *Bandurra* (1828), em circulação na capital São Luís. O “Registros do porto da cidade de São Luís” como eram chamados pelos redatores, denunciavam o entra e sai de embarcações trazendo militares com destino a guerra, mercadorias para abastecimento das tropas e vítimas de corsários de Buenos Aires.

A movimentação do porto de São Luís caracterizou-se como uma atividade intrínseca a dinâmica e intensidade da navegação marítima e fluvial no século XIX. No advento da Guerra da Cisplatina, o porto desempenhou a função de servir como entreposto para o envio e recebimento do esforço dos maranhenses para a guerra. Tais casos podem ser percebidos nos jornais analisados ao longo deste trabalho.

O *Amigo do Homem* de 10 de fevereiro de 1827 noticiou a entrada de uma sumaca brasileira denominada N.S. dos Remédios e Conceição, em viagem de dois dias do porto de Parnaíba, no porto de São Luís. Além da entrada da embarcação no porto da cidade, mencionou a presença de um alferes de 1ª linha do batalhão do Piauí junto a tripulação, que tinha por nome Felix Joze do Rego, acompanhado de outro sargento do mesmo batalhão, cujo nome não é mencionado. Ambos estavam encarregados de conduzir 138 recrutas enviados ao Maranhão por ordem do presidente da província do Piauí, o barão de Parnaíba, para que fossem deixados em diferentes embarcações neste porto, todas com destino a Guerra da Cisplatina.

Segundo as informações repassadas às autoridades da província pelo alferes Felix Joze, dois recrutas se jogaram no rio no dia da partida do porto de Parnaíba, que por estar de noite e

³⁹ De acordo com Santos (2017, p.115), o porto de São Luís estava localizado na área que compreende atualmente o cais da Praia Grande, a Rampa Campos Melo, o Cais da Sagração e adjacências, constituindo-se como ponto importante no conjunto arquitetônico que compõe o Centro Histórico de São Luís.

muito escuro não foi possível encontrá-los, que logo partiram para a província do Maranhão. Ao chegar no porto de São Luís, o alferes mandou 30 recrutas para bordo do brigue de guerra Cacique, 20 para o brigue escuna Leopoldina e deixou 88 a bordo da sumaca N.S. dos Remédios e Conceição, todas ancoradas neste porto (*Amigo do Homem*, n.º 12, 10 fev. 1827, p. 76).

Os recrutas colocados a bordo do brigue de guerra Cacique e do brigue escuna Leopoldina permaneceriam presos até que fossem mandados para a Guerra da Cisplatina como parte dos esforços mobilizados pelas províncias da região para manter a guerra. O mesmo porto que levava os recrutas para a guerra era também o que enviava e recebia notícias e mandava provisões para o sustento das tropas no front. Exemplo disso eram as notícias de doações de mercadorias e dinheiro oferecidos ao Império pelo governo da província e negociantes.

Um desses registros foi mencionado no ofício do conde de Valença, o Sr. Caetano José de Souza, em 1 de outubro de 1827, comunicando estar o Imperador D. Pedro I consciente do documento mandado por Romualdo Franco de Sá, vice-presidente do Maranhão, em 27 de setembro oferecendo a doação anual de mil arrobas de arroz enquanto durasse a guerra como parte do esforço da província para manter o exército que estava no sul do país defendendo a permanência da província Cisplatina junto ao Império do Brasil.

As doações feitas pelo Maranhão expressavam o apoio do governo e de comerciantes da província a administração de D. Pedro I, demonstrando sua fidelidade e devoção, outrora contestada na guerra de independência no Maranhão em 1823. O ofício do conde de Valença era destinado ao governador da província notificando o recebimento da oferta de doação e agradecendo o empenho desta em cooperar para a defesa dos interesses e honra do Império. Além disso, comunicou que a marinha do Maranhão deveria estar de prontidão para realizar o transporte do arroz para o Rio de Janeiro (*Amigo do Homem*, n.º 44, 1 dez. 1827, p. 254).

Importante destacar também, que o Corpo de Comercio da província desempenhou papel relevante nos assuntos relacionados a Guerra da Cisplatina, sobretudo nas doações feitas pelo Maranhão para o esforço de guerra. Com seus empréstimos, puderam demonstrar sua fidelidade como “fiéis” súditos da coroa. Os negociantes da província estiveram empenhados em fazer doações para a Guerra da Cisplatina. Antonio José Meirelles, um dos principais negociantes da praça de comercio de São Luís, se comprometeu a doar anualmente até que a guerra terminasse, de réis e mil alqueires de arroz, a partir de janeiro de 1828; quanto ao arroz,

este seria posto à disposição da junta da fazenda da província no período da colheita para o repasse ao Império ⁴⁰.

Meirelles era um negociante português, que teve atuação significativa na praça comercial de São Luís nas primeiras décadas do século XIX. Com muitos investimentos, mas sobretudo no comércio de escravizados, esteve envolvido também nos embates entre “brasileiros” e “portugueses” na província, opondo-se tenazmente à ideia de Independência. A doação feita por Meirelles para a Guerra da Cisplatina não foi a primeira demonstração de “fidelidade” a um governo, contribuindo anteriormente para o exército nacional de Portugal durante a guerra de Independência em 1822, também com arroz (Cutrim, 2023, p.157). O negociante se posicionou contrário a Independência do Brasil, atuando como um financiador da resistência ao avanço das tropas independentistas. Sua influência pode ser percebida sobretudo na afinidade que tinha com os redatores dos jornais portugueses da província, *Amigo do Homem* (1827), a *Minerva* (1828) e a *Bandurra* (1828).

Os interesses, no entanto, divergiam. Entre o esforço da província para a Guerra da Cisplatina estava os embates entre “portugueses” e “brasileiros”. Pensar o apoio do Maranhão para a campanha militar no Sul envolve refletir sobre a maneira como as questões internas entre grupos antagonistas influenciaram no apoio a guerra. Em determinadas situações, o estado de guerra apresentava desafios difíceis de serem superados entre os negociantes com negócios nesta província.

Entre “portugueses” e “brasileiros” existiam questões, conforme explicou Galves (2010, p.270), interesses e afinidades distintos, que eram postos em xeque quando variáveis externas, como a Guerra na Cisplatina, colocavam sob ameaça, por exemplo, suas embarcações e mercadorias sequestradas por Buenos Aires. Assim, os casos de sequestros de embarcações por corsários inimigos do Império trouxeram prejuízos a diferentes (e, por vezes, antagônicos) negociantes do Maranhão.

Tal situação levou as reclamações dos comerciantes, que tinham suas embarcações mercantes apresadas, a ocupar a esteira dos assuntos urgentes da administração do Império. O impacto do corsarismo sobre a marinha mercante comprometeu tanto o comércio de cabotagem quanto de longo curso, prejudicando os interesses dos comerciantes (Junqueira, 2005, p.62).

O ofício assinado por D. Pedro I, em 4 de outubro de 1827, comunicou ter recebido as queixas feitas contra as sentenças definitivas do supremo conselho de justiça a respeito das

⁴⁰ Lista dos inscritos de donativo gratuito para a sustentação da guerra atual nas fronteiras do sul do Império (*Amigo do Homem*, n.º 45, 5 dez. 1827, p. 260-261).

embarcações mercantes neutras apresadas pela esquadra que bloqueava o porto de Buenos Aires. Como medida, nomeou uma junta com o Marques de Queluz, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

A Junta seria responsável por analisar os processos e sentenças, conforme as observações feitas pelos comandantes das ditas embarcações e as ordens do Imperador (*Amigo do Homem*, n.º 43, 28 nov. 1827, p.247). Diante de tantos desafios enfrentados pelo Império para manter a guerra, as doações de comerciantes de todas as províncias ajudaram no abastecimento da campanha militar.

3.2 No litoral maranhense, a ameaça do corso

O porto da cidade foi, no decorrer da Guerra da Cisplatina, tornando-se um ponto fundamental para o apoio da província ao conflito. Importante lembrar que, após a Independência, os comerciantes maranhenses continuaram a comercializar com Portugal, ainda que por um breve momento tenham precisado romper formalmente esses laços, até a assinatura do Tratado de Paz e Aliança, em agosto de 1825.

Na seção de “Avisos” do *Amigo do Homem*, foi publicado que o capitão Sebastião Pinto, um negociante de São Luís, comunicava que o brigue Província do Maranhão, de sua propriedade, havia sido tomado por corsários de Buenos Aires no dia 9 de novembro de 1827, quando retornava do porto da Bahia para São Luís. O brigue transportava duzentos e vinte escravizados para venda, aguardente e outros tipos de gêneros para esta província. Segundo o comunicado, o planejamento necessário para resgate da embarcação já estava sendo tomado, mas sem dar muitos detalhes de quando ou como seria a operação (*Amigo do Homem*, n.º 44, 1 dez. 1827, p. 255).

Noutro ofício, datado de 24 de setembro de 1827, publicado inclusive no mesmo número citado acima, foi comunicado às autoridades da província que havia uma embarcação próxima ao porto de Pernambuco. Tratava-se de um corsário de Buenos Aires que havia tomado a sumaca Santo Antonio Valoroso, ao sul do Cabo de Santo Agostinho, que tinha como destino o porto de Alagoas para fazer a entrega de um carregamento de fazendas.

Ainda na mesma edição, foi comunicado que o brigue de guerra Cacique - frequentemente ancorado no porto de São Luís - havia sido apresado por corsários enquanto estava à procura da sumaca Santo Antonio Valoroso. O apresamento ocorreu na região do “Lameirão”, quando a sumaca recebia mantimentos para partir à procura de corsários que estavam na costa próxima ao Maranhão. A operação de resgate da embarcação teve sucesso,

tendo conseguido recuperá-la e a levado a Itamaracá. Contudo, o paradeiro do Cacique, segundo o comandante de Itamaracá, era desconhecido, acreditando ser consequência de seu empenho na caça ao corsário (*Amigo do Homem*, n.º 44, 1 dez. 1827, p. 255).

As notícias publicadas nos jornais da capital sobre a presença de corsários de Buenos Aires no litoral próximo a província do Maranhão dão conta de que, no decorrer do conflito, a guerra se expandiu para além da província Cisplatina em razão do bloqueio imposto pela marinha do Império ao porto de Buenos Aires no início de 1825. A medida em que a guerra tomava seu rumo e a pressão aumentava em ambos os lados, o curso passou a representar uma ameaça constante no litoral brasileiro, atingindo praticamente todas as províncias litorâneas, dentre elas, o Maranhão.

O curso em embarcações no litoral brasileiro ocupou espaço diário nas notícias veiculadas nos jornais. O problema do curso no litoral brasileiro era, no entanto, o sequestro de embarcações apenas de propriedade do Império, isentando as estrangeiras, como as portuguesas, aspecto que, para o comércio praticado com a praça do Maranhão, trazia consequências negativas aos proprietários de embarcações vítimas de curso, principalmente se considerarmos que a maioria desses proprietários eram comerciantes nascidos em Portugal, mas que haviam se tornado súditos do Império do Brasil.

Como exemplo, temos uma publicação feita por João Crispim no *Amigo do Homem* de 6 de janeiro de 1827, copiada do *Diário Fluminense* de 14 de novembro de 1826, relatando o caso do sequestro da galera portuguesa Nova Piedade, que partiu de Lisboa havia 44 dias sob o comando do mestre Joao Mauricio trazendo sal, vinho e fazendas, juntamente de passageiros, quando no dia 6 de novembro de 1826, encontrou em seu caminho uma corveta de guerra, dois brigues e uma escuna a três léguas ao mar de Cabo Frio. Essas embarcações tinham içadas as bandeiras da França e do Brasil, mas estavam sob comando do almirante Brown, representante de Buenos Aires.

Houve uma breve perseguição a galera até aproximadamente as duas horas da madrugada, até que conseguissem os corsários comunicar a tripulação da embarcação que tinham ordens para bloquear a passagem ao porto do Rio de Janeiro, e que por ser a galera de propriedade portuguesa poderia seguir a qualquer outro porto que não fosse aquele sem que houvesse dano. No dia seguinte, a galera foi acompanhada pelos corsários até as quatro horas da tarde, conseguindo sair do campo de visão do inimigo e seguir viagem em segurança (*Amigo do Homem*, n.º 6 de jan. 1827, p. 2).

O porto em que a embarcação portuguesa chegou não é citado no extrato do *Diário Fluminense*, no entanto sabemos que a mesma foi “liberada” pelos corsários por ser de propriedade da coroa portuguesa, evidenciando a tensão existente não apenas na Banda Oriental, onde o conflito estava em curso, mas também no litoral, representando o “calcanhar de Aquiles” do Império, já que a atividade corsária prejudicava os interesses econômicos de comerciantes de praticamente todas as províncias, dentre elas o Maranhão.

Em outro momento o jornal publicou novamente a presença de corsários próximo a Cabo Frio, novamente a partir de notícias da corte recebidas nesta província sobre outra perseguição a uma embarcação com bandeira de Buenos Aires pela marinha do Brasil na região. O objetivo da publicação foi exaltar o sucesso da marinha imperial na perseguição aos inimigos, que conseguiram com a fragata Izabel afundar a embarcação portenha (*Amigo do Homem*, n.º 33 de mai. 1827, p. 239).

Sendo assim, é relevante considerar que o esforço de guerra feito pelas províncias, sobretudo aquelas localizadas no litoral, não ficou restrito ao envio de recrutas ao front, mas à defesa da costa e resgate de embarcações vítimas do corsarismo. Caracterizando-se como uma guerra também do curso, como destacou Lucas Junqueira (2005, p.56), no caso da experiência da Bahia na Guerra da Cisplatina, em que observou semelhante situação no Maranhão nas finanças e perdas alfandegárias, decorrente dos prejuízos causados aos comerciantes da província.

O temor aos corsários de Buenos Aires passou a ser constante entre as pessoas que estavam dentro ou fora do país, sobretudo com a segurança de seus entes, como foi o caso observado em uma correspondência escrita por um leitor do *Amigo do Homem* chamado Antonio Carneiro da Costa em 30 de abril de 1826. Residente em Lisboa, Costa mantinha contato com moradores da província do Maranhão (*Amigo do Homem*, n.º 36, 5 mai. 1827, p. 223).

A correspondência era encaminhada a Leonor Lopes da Silveira, viúva de um coronel de milícias da província chamado Manoel Rodrigues Pereira. A preocupação do autor da carta era que Leonor Lopes evitasse embarcar em um navio brasileiro, em decorrência do perigo dos ataques de corsários a propriedades brasileiras, preferindo um navio estrangeiro quando retornasse a Portugal. Em seguida, escreveu ainda para o filho de Leonor, Domingos Francisco da Silveira, e observou que.

[...] não eram passados três ou quatro dias depois que vossa senhoria havia saído a barra desta cidade, apareceu aqui a notícia que os insurgentes de Buenos Aires tinham armado corsários e que estes corsários estavam a costa do Brasil, [...], porém, os corsários nada tinham com a propriedade portuguesa, e só com a brasileira, e como o

navio São Nicolau era português, nada havia receber [...] (*Amigo do Homem*, n.º 36, 5 mai. 1827, p. 223).

A preocupação de Antonio Carneiro era que ao sair do porto de São Luís de volta para Lisboa, a senhora Leonor e seu filho fossem vítimas de insurgentes de Buenos Aires neste litoral. Ao mesmo tempo, ficava tranquilo ao saber que as propriedades de Portugal não eram alvos de ataques. Este relato possibilita que percebamos alguns dos efeitos que a Guerra da Cisplatina desencadeou na província maranhense. Visto que este porto esteve também sob iminente ameaça considerando a sua importância como uma das principais rotas de navegação para a Europa, o que tornava as embarcações dali saídas alvo fácil dos corsários.

Exemplo disso são os recorrentes avisos de embarcações que eram mandadas em socorro a outras, sequestradas próximas ao litoral da região. O curso vinculado à Guerra da Cisplatina na província mobilizava missões em busca de embarcações apresadas por corsários. Uma delas foi ordenada por ofício do governo solicitando que o 1º tenente comandante do brigue escuna Leopoldina fosse em direção a costa norte equinocial do Maranhão em busca de corsários que haviam sido vistos naquela região e estavam sequestrando embarcações nesta província. Tratava-se de uma operação de resgate dos apresados e caça dos corsários de Buenos Aires (*Amigo do Homem*, n.º 49, 20 jul. 1827, p.304). Essa dinâmica de resgate e caça foi constante durante todo o ano de 1827, especialmente nos ofícios do governo publicados por João Crispim em seus jornais – *Amigo do Homem* (1827) e a *Bandurra* (1828) –, mas não encontrou espaço no jornal de Davi da Fonseca, a *Minerva*.

Outro caso mencionando o curso portenho no Maranhão foi publicado na seção do *Amigo do Homem* de registros do porto da cidade de São Luís de 18 de agosto de 1827, referente à entrada de uma escuna denominada Oliveira, após o brigue Leopoldina realizar o resgate da embarcação portuguesa Bella Escolha, que havia sido tomado por corsários de Buenos Aires 58 dias após sair de Portugal, em 7 de agosto em direção ao porto de São Luís.

Segundo o capitão do brigue sequestrado, os corsários deixaram os passageiros em uma praia deserta a bordo de uma lancha e outras 18 pessoas para trás, por não haver lugar para todos. Informou ainda que ao perguntar para o comandante dos corsários o motivo do sequestro uma vez que era propriedade portuguesa e não brasileira, responderam que o Imperador do Brasil era também rei de Portugal, tornando-o também inimigo de Buenos Aires (*Amigo do Homem*, n.º 15, 22 ago. 1827, p. 92).

A operação de resgate da embarcação foi feita pelo brigue Leopoldina, conforme decisão do conselho administrativo da província em reunião de 22 de agosto de 1827, mencionada na sessão de artigos de ofício do *Amigo do Homem* de 29 de agosto daquele mesmo

ano. A decisão deveria ser tomada com base na urgência com que o resgate deveria ser feito, tendo em vista a situação dos passageiros e interesses dos assuntos econômicos de que alguns deles vinham a tratar na província. Havia, no entanto, algumas questões na logística que dificultavam os resgates por mar, dentre elas a ausência de embarcações e mais esforços como embarcações para resgate (*Amigo do Homem*, n.º 17, 29 ago. 1827, p.104).

Como foi citado, o vice-presidente Romualdo Antonio Franco de Sá encaminhou ao capitão de mar e guerra, Joaquim Raymundo de Moraes Lamare, em 22 de agosto, ofício requerendo que avaliasse as condições da embarcação de guerra Brigue-escuna Leopoldina, tendo em vista atender as solicitações feitas pelos negociantes de São Luís para o resgate do brigue português Bela Escolha, apresado por corsários de Buenos Aires na costa do Maranhão (*Amigo do Homem*, n.º 18, 1 set. 1827, p. 110)

Para tanto, pedia ao capitão do mar que lhe desse resposta sob as seguintes condições do brigue da seguinte forma:

[...] me informe exatamente se o dito brigue-escuna de guerra tem as necessárias proporções para se poder combater o dito corsário, e capacidade suficiente de poder cortar e manejar alguma peça daquele igual calibre, e poder-se armar com forças suficientes para poder combater o referido corsário e ficar triunfante o serviço da marinha deste Império (*Amigo do Homem*, n.º 18, 1 set. 1827, p. 110).

Inevitavelmente, a situação de guerra do Brasil com Buenos Aires atingiria os interesses desses comerciantes, outrora em sua maioria portugueses, mas agora brasileiros, o que de certo modo prejudicava seus negócios, mas lhes davam oportunidades para demonstrações de fidelidade ao Império. Para tanto, pressionavam o governo da província a manter a defesa do litoral e o resgate de embarcações apresadas por insurgentes portenhos, em contrapartida concediam doações de mercadorias necessárias a continuação da Guerra da Cisplatina, o que favorecia ao vice-presidente da província oferecer esforços dos maranhenses para guerra.

Lembrando ainda, conforme Marcelo Cheche Galves (2010), que “portugueses” e “brasileiros” não era uma questão de lugar de nascimento, mas de identidade política, representações de afinidades com ideias ainda em construção. Um jogo de interesses, que permitia que ambos os lados se beneficiassem, o Império teria meios para manter a guerra, o governo da província teria sua administração provincial bem avaliada pelo imperador e, em consequência, a província que outrora fora marcada pela resistência à Independência em 1822/1823, era agora vista como fiel. De modos distintos, o combate ao corso e o financiamento da guerra reforçava as relações entre centro e província.

Voltando para o resgate do brigue português, um segundo ofício foi enviado no dia 22 de agosto, destinado ao intendente da marinha da província, para que mandasse fazer uma

vistoria do brigue escuna Leopoldina, antes de partir em perseguição aos corsários que tomaram o brigue Bela-Escolha e uma sumaca de Parnaíba, avaliando as condições da embarcação e se era possível levar uma peça de rodízio de 18 ou outra do mesmo calibre. Em seguida, mandava que se comunicasse imediatamente o resultado da vistoria à secretaria do governo (*Amigo do Homem*, n. °18, 1 set. 1827, p.110).

O perigo do corso tornava-se ainda mais evidente na província. Em ofício datado de 30 de agosto, o tenente comandante da corveta General Lecor, Francisco Jose de Melo, informou temer não conseguir prosseguir a viagem até o Pará por ausência de condições da embarcação de resistir a possíveis ataques de corsários de Buenos Aires próximos à costa do Maranhão, em que estavam a apresar várias embarcações (*Amigo do Homem*, n. °20, 8 set. 1827, p.118).

O capitão solicitava ainda, que fosse colocado na escuna chamada Athlante uma peça de rodízio para eventuais ataques, tendo artilharia de defesa caso fosse necessário. A solicitação foi atendida em ofício de 30 de agosto, tendo recebido autorização do governo para colocar a escuna Athlante a peça de rodízio para seguir ao seu destino em segurança. Ou seja, esforços estavam sendo feitos em defesa da segurança das embarcações e principalmente para derrotar os corsários inimigos do Império. Percebe-se nos ofícios destacados a articulação existente entre a marinha e o governo da província, demonstrando que os impactos do corso na região foram significativamente intensos, sendo uma das repercussões da guerra da Cisplatina na província do Maranhão.

Outro exemplo de corso no litoral brasileiro, noticiado na província no número de 31 de outubro de 1827, referente ao ofício de 13 de agosto do mesmo ano, comunicou a saída do porto da Bahia de uma galera brasileira do comércio que estava na mira de corsários, pedindo que fosse mandado ao seu encontro uma corveta para afastá-los (*Amigo do Homem*, n. °35, 1 set. 1827, p. 200-201).

Notícias semelhantes chegaram do Ceará, comunicando o sucesso dos corpos de 1ª e 2ª linha na operação contra corsários próximos daquele porto. Segundo ofício de 10 de novembro de 1827, os militares haviam conseguido afugentar os corsários, que estavam tentando sequestrar embarcações naquela região (*Amigo do Homem*, n. °49, 19 dez. 1827, p. 283).

Em outro caso de corsários em embarcações do Maranhão, identifiquei ofício com notícias de Pernambuco datado de 24 de setembro de 1827, que comunicava a presença de uma embarcação com corsários próxima ao porto de Pernambuco. Após ter tomado uma sumaca denominada Santo Antonio Valoroso, ao sul do Cabo de Santo Agostinho, estava indo para Alagoas com um carregamento de fazendas. Em seguida, citou o apresamento do brigue

Cacique, que estava próximo ao “Lameirão” para captura do corsário que estava próximo da costa.

O brigue de guerra Cacique era usado para o resgate e perseguição de corsários no litoral próximo a província do Maranhão e vizinhas. Essa embarcação era frequentemente citada nas operações de resgate e perseguição de corsários dentro e fora dos limites do litoral maranhense, estando ancorado no porto de São Luís. No caso dos corsários de Pernambuco, o brigue conseguiu recuperar a sumaca e levou-a para Itamaracá (*Amigo do Homem*, n. °44, 1 dez. 1827, p.255).

Interessante perceber que as duas notícias de referem à presença de corsários no litoral Norte do Brasil, conectando as províncias litorâneas que sofriam com esse outro lado da guerra por meio de notícias e ofícios comunicando as ações tomadas nas províncias para controlar a presença inimiga deste lado. Nota-se também que João Crispim publicava em seu jornal, o *Amigo do Homem* (1827), notícias de outras províncias, conforme seus interesses no âmbito do debate e exposição de suas ideias, mas dedicando notória atenção para os casos em que a guerra aparecia na província maranhense.

Novamente o brigue de guerra Cacique, sob comando do capitão de fragata e comandante do brigue imperial de guerra, George Manson, voltou a ser alvo de perseguição de corsários no litoral. Em notícia publicada na *Bandurra* de 11 de maio de 1828, relatava um episódio de perseguição que sucedeu no início naquele mesmo ano na província de Pernambuco sobre o sequestro de dois brigues da marinha imperial por um corsário de Buenos Aires no dia 8 de setembro de 1827. O brigue estava ancorado em Pernambuco quando foi capturado. Seguindo informações recebidas da sumaca brasileira, o brigue inimigo era comandado pelo general Bradzen, que depois de fazer a presa, levou-a para o Leste, mas o destino não foi citado. Mais uma vez, a questão dos corsários aparecia no Maranhão.

Após uma tentativa de resgate realizada às seis horas da manhã no dia seguinte, o capitão da embarcação apresada recuperou o brigue. Contudo, a tentativa não teve sucesso não apenas pela desvantagem em número e força, mas sobretudo em razão do descontentamento dos soldados a bordo da embarcação. O relato do capitão explicou a causa do infortúnio da seguinte forma, “[...] se o Cacique tivesse seus 77 oficiais completos, como exigia sua lotação, como navio de guerra, e que os estrangeiros estivessem regularmente pagos de suas soldadas, e gratificações, semelhante desgraça nunca aconteceria” (*Bandurra*, n. °8, 11 mai. 1828, p.281-284).

Uma das mais notórias demonstrações de engajamento do Maranhão no conflito foi a construção de uma escuna denominada Fidelidade Maranhense, em 1827, a partir da iniciativa do governador das armas da província do Maranhão, o conde de Escragnole, que em comunicado de 15 de julho de 1827 convocou a todos os militares dos corpos de 1º e 2ª linha da província, para construção de uma escuna de guerra que seria oferecida a D. Pedro como “demonstração de patriotismo, adesão e amor ao Império” (*Amigo do Homem*, n.º 5, 18 jul. 1827, p. 28).

Não parece coincidência o fato de *A Fidelidade Maranhense* ser também o título de um folheto escrito por João Crispim Alves de Lima um ano antes, em 1826. Utilizado para narrar os preparativos e acontecimentos que envolveram a festa de aclamação do Imperador, o aniversário de um ano do príncipe imperial e do Reconhecimento da Independência, cuja notícia chegou ao Maranhão em outubro de 1825 (Galves, 2010, p. 246). Logo, a fidelidade dos maranhenses, especialmente dos “ex-portugueses”, foi muito além dos esforços enviados ao front na Banda Oriental ou na vigilância e defesa de embarcações ameaçadas por corsários de Buenos Aires no litoral próximo a província. Sendo assim, coube às autoridades do Maranhão, além de enviar soldados para lutar na Guerra da Cisplatina, defender as embarcações dos ataques de corsários inimigos no litoral brasileiro.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, exploramos a participação do Maranhão na Guerra da Cisplatina, destacando como a província esteve envolvida no esforço de guerra mobilizado pelo governo central. Observamos que as ações do governo local buscaram atender às demandas do Império, principalmente para o abastecimento dos corpos militares destacados para a fronteira no Sul, mas também repercutiram na vida da província, como registrado na imprensa.

A compreensão do papel desempenhado pelo Maranhão na guerra, bem como as consequências que o conflito trouxe para a província, só puderam ser observados por intermédio da imprensa. Foi com a circulação dos jornais publicados em São Luís no período correspondente ao da Guerra da Cisplatina que a guerra se tornou notícia diária na província, tornando-a tema de discussões entre os leitores e redatores, que encontravam na escrita de cartas e artigos de opinião, perspectivas de participação no debate sobre a guerra. No tocante aos discursos feitos nos jornais – todos redigidos por “portugueses” –, movimentavam a opinião pública, especialmente favorável às ações de D. Pedro I.

Compreendemos que durante a participação do Maranhão na guerra, a imprensa da província esteve ativamente envolvida na difusão das notícias que tinham a disputa com Buenos Aires como tema, por meio da publicação dos mais variados tipos de informações. Como apresentado no decorrer deste trabalho, os jornais maranhenses trataram o tema da guerra de formas distintas conforme suas possibilidades e interesses, que estiveram articuladas ao clima de pós-Independência no Maranhão.

Nos registros analisados, percebemos que o esforço feito pelos maranhenses na guerra esteve quase sempre associado à necessidade do governo da província e, principalmente da parcela “portuguesa” de sua população, de demonstrar fidelidade e reconhecimento à soberania do Imperador e da coroa brasileira. A atuação desses indivíduos no esforço feito na província, no entanto, não foi bem recebida por todos, desagradando a parcela menos abastada da sociedade maranhense, recrutada para o serviço militar.

Dessa forma, conforme o apresentado, foi recorrente nos jornais casos de denúncias de prisões de jovens de famílias do interior da província, desertores e soldados que retornavam da guerra com sequelas advindas dos combates. A questão da presença dos corsários representantes de Buenos Aires na província também causou distúrbios entre os habitantes da região, afetando profundamente a dinâmica interna da província e, sobretudo, os interesses dos negociantes que atuavam na praça do Maranhão.

Desse modo, foi possível perceber os desdobramentos que a aproximação do Maranhão com a guerra teve na vida dos habitantes da província, contribuindo para a construção da perspectiva de participação do Maranhão em uma guerra que estava distante do ponto de vista geográfico, mas muito mais próxima se considerarmos os impactos que gerou entre os habitantes da região, dos recrutados e seus familiares aos negociantes da praça.

Portanto, destacamos que o papel da imprensa maranhense, sobretudo do “português” João Crispim Alves de Lima, redator de dois jornais que estiveram em circulação no período correspondente ao de maior intensidade da guerra, foi essencial para a informação dos leitores da província. Em conclusão, este trabalho buscou ampliar as possibilidades de análise da participação do Maranhão na guerra, tendo em vista contribuir com a historiografia maranhense referente ao Primeiro Reinado, tempo de construção inicial do estado brasileiro e das primeiras configurações entre centro e província.

Referências

1) Documentos

Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)

- Aviso mandando que sejam despedidos dos arsenais os pretos, que ali trabalham, sendo escravos de empregados do mesmo arsenal. Lv.19, fl.199, 1813-1826.
- Portaria ordenando que remetam, em ocasiões oportunas, recrutas e pretos libertos para preencherem os batalhões n.10 e 11. Lv. 19, fl.185, 1813-1826.

2) Folhetos

(A) FIDELIDADE *maranhense demonstrada na sumptuosa Festividade, que no dia 12 de outubro e seguintes, a solicitação do Ilmo e Exmo Sr. Presidente Pedro José da Costa Barros fez à câmara da cidade*. São Luís: Tipografia Nacional, 1826. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras.

3) Jornais

(O) Amigo do Homem – MA (1825-1827)

(A) Bandurra – MA (1828)

(A) Minerva – MA (1828-1829)

Bibliografia

ARAÚJO, Roni César Andrade. *Entre a Província e a Corte: “Brasileiros” e “Portugueses” no Maranhão do Primeiro Reinado (1823-1829)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

CUTRIM, Luisa Moraes Silva. *"Pura ambição de negócio": Negócios, dívidas e propriedades na praça comercial de São Luís (c. 1810- c. 1840)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2023.

COSTA, Alex Jacques. *Seguindo ordens, cruzando campos: o governador e capitão general Dom Diogo de Souza e a política do Império português para o Rio da Prata (1808-1811)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade da Filosofia e Ciências Humanas – PUCRS, Porto Alegre, 2010.

FARIA, Regina Helena Martins. *Em nome da ordem: a construção de aparatos policiais no universo luso brasileiro (Séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em história) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

FRUTUOSO, Moisés A. Circulação de impressos e antilusitanismo em Rio de Contas, Bahia (1822-1831). In: BESSONE, Tânia, et all (org.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016. p. 45-63.

GALVES, Marcelo Cheche. Pedro José da Costa Barros e a aclamação de D. Pedro no Maranhão. *Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura*. Universidade Federal de Sergipe, 2010, p. 1-11.

GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)*. 2010. 356 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “jurar” e ‘aclamar’’: O Império no Maranhão (1823-1826). *Almanack*. Guarulhos, n. 01, p.105-118, 1º semestre 2011. p. 106. Disponível em: <http://www.almanack.unifesp.br>

JUNQUEIRA, Lucas Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra da Cisplatina (1822–1831)*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

LUFT, Marcos Vinícios. Conflitos entre autoridades civis e militares durante a Guerra da Cisplatina (1825-1828). 53 f. Monografia (Bacharelado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LUFT, Marcos Vinícios. “*Essa Guerra Desgraçada*”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825 – 1828). Dissertação (Mestrado em história) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SANTOS, Pedro Henrique Soares. *Nos rastros da mudança: o Exército de cidadãos no contexto da Guerra da Cisplatina (1825-1828)*. 2012. 53 f. Monografia (Bacharelado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SECRETO, Maria Verónica. Territorialidades fluidas: corsários franceses e tráfico negreiro no Rio da Prata (1796-1799). Tensões locais-tensões globais. *Topoi*, v.17, n.33, jul./dez. Rio de Janeiro, 2016.p.419-443.

SILVA, Iraneide Soares. *É preta, é preto em todo canto da cidade: história e imprensa na São Luís (1820-1850)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2017.

SIQUEIRA, Luan Mendes de Medeiros. *O Prata em ebulição: As relações internacionais entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata na Guerra da Cisplatina (1825-*

1828). 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2018.

SOUZA, José Antonio Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo 3, Vol. III. São Paulo: Ed. Bertrand do Brasil, 2003. p. 341-374.